

ATA N.º 8/2019

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE DEZEMBRO DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENICHE,  
REALIZADA NO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2019:

Aos treze dias do mês de dezembro do ano dois mil e dezanove, no Auditório do Edifício Cultural do Município de Peniche, sito na Rua dos Hermínios, na cidade, freguesia e concelho de Peniche, com a participação dos senhores Américo de Araújo Gonçalves (PS), Licínio Pereira (GCEPP) e Carlos Manuel de Sousa Policarpo (GCEPP), respetivamente Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário da Mesa, dos senhores Afonso Rosário Costa Clara (PSD), Pedro Henrique Lourenço Barata (PS) e Teresa Cecília Batista Lopes (GCEPP), respetivamente Presidentes das Juntas de Freguesias de Atouguia da Baleia, de Ferrel e de Peniche, e dos senhores Inês Grandela Nunes Lourenço (GCEPP), Ademar Vala Marques (PSD), Henrique André da Silva Estrelinha (PS), Mariana da Conceição Santos Rocha (CDU), Vanda Margarida Duarte Pinto Ferreira (GCEPP), Pedro Manuel Tavares Varão (CDU), Rui Vasco Pereira Serpa Malheiros Cativo (GCEPP), Sofia Cecílio Barradas (PSD), Tiago Jorge Carvalho Gonçalves (PS), Jorge Manuel Azevedo Pinto Guerreiro (CDU), David Pedrosa Antunes (GCEPP), Célia Sousa Martins (PSD), Elisabete Maria Martins Leal (GCEPP), Bruno Miguel Vieira Rasteiro (PSD), Maria Madalena de Matos Vilhena Sustelo Rosa (PSD), Ricardo José Silva Gomes (PSD) e Paulo Alexandre Simões Ernesto (PSD), reuniu-se a Assembleia Municipal de Peniche, para a sua sessão ordinária do mês de dezembro, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º - Aprovação de atas de sessões anteriores.

2.º - Período de antes da ordem do dia.

1) Prestação de informações e/ou esclarecimentos sobre o expediente recebido;

2) Apresentação de moções, votos de louvor, congratulação, saudação, protesto ou pesar;

3) Apreciação de outros assuntos de interesse para o Município.

3.º - Período de intervenção do público.

4.º - Período da ordem do dia:

1) Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara, acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo;

2) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano do Município de Peniche, para o ano de 2020;

3) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para os Documentos previsionais do Município de Peniche, para o ano de 2020;

4) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para o Mapa de Pessoal do Município de Peniche, para o ano 2020;

5) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais do Município de Peniche identificados em orçamentos e autorização prévia genérica para assunção de outros compromissos plurianuais em que os encargos financeiros não excedam o limite de 99 759,58 euros em cada ano;

6) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano 2020;

7) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para os Documentos Previsionais dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano 2020;

8) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para o Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano 2020;

9) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento identificados em orçamento e autorização prévia genérica para assunção de outros compromissos plurianuais em que os encargos financeiros não excedam o limite de 99 759,58 euros em cada ano;

10) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para que os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento possam conceder apoio financeiro ao Centro Social do Pessoal da Câmara Municipal de Peniche;

11) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para atribuição de apoio à Freguesia de Ferrel, para aquisição de um trator e de uma roçadora elétrica;

12) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Peniche;

13) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para alteração ao Regulamento do Plano Diretor Municipal de Peniche - Proposta Final.

5.º - Aprovação da minuta da ata.

A sessão foi aberta, pelo senhor Presidente da Mesa, eram vinte e uma horas, encontrando-se na sala vinte e três dos vinte e cinco membros que compõem a Assembleia Municipal de Peniche.

O senhor Pedro Manuel Tavares Varão (CDU) compareceu no decurso da sessão, durante o período de apresentação de moções, votos de louvor, congratulação, saudação, protesto ou pesar, e passou de imediato a participar nos trabalhos.

Os senhores David Pedrosa Antunes (GCEPP), Elisabete Maria Martins Leal (GCEPP), Ricardo José Silva Gomes (PSD), Paulo Alexandre Simões Ernesto (PSD), Pedro Manuel Tavares Varão (CDU) e Jorge Manuel Azevedo Pinto Guerreiro (CDU), encontravam-se a substituir os senhores António Paulos Brandão Moniz de Jesus (GCEPP), Maria Leopoldina de Fátima Manteigas (GCEPP), Maria João Estevam Avelar Rodrigues (PSD), Nuno Carlos Alvelos Nico (PSD), José António Bombas Amador (CDU) e Álvaro André Amador (CDU), que comunicaram a sua ausência, nos termos do n.º 2 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro. Os senhores Hélder Marco Rodrigues, dos Santos (GCEPP), Andreia Alexandra Gomes Sales (PSD), Hernâni Manuel Santos Leitão (PSD), Ana Rita Jesus Martins Rodrigues (PSD) e Inês Fitas Cação (CDU), por serem os membros que se seguiam nas respetivas listas, também comunicaram a sua ausência.

Assistiram à sessão o Presidente da Câmara, senhor Henrique Bertino Batista Antunes (GCEPP), em cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, a Vice-Presidente da Câmara, senhora Ana Rita Trindade Petinga (GCEPP), e os senhores Vereadores, Mark Paulo Rocha Ministro (GCEPP), Filipe Maia de Matos Ferreira Sales (PSD) e Jorge Manuel Rosendo Gonçalves (PS).

A sessão foi secretariada pela Chefe da Divisão de Administração e Finanças, em regime de substituição, do Município de Peniche, Josselène Nunes Teodoro, coadjuvada pela Assistente Técnica Marina Luísa Duarte Nunes Viola.

## APROVAÇÃO DE ATAS DE SESSÕES ANTERIORES

Foram presentes as atas n.ºs 4/2019, respeitante à sessão ordinária do mês de abril, realizada no dia 29 de abril de 2019, tendo sido dispensada a leitura da mesma por o respetivo texto haver sido previamente distribuído pelos membros da Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963.

Submetida a ata em apreço a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com 19 votos a favor.

Apenas participaram na aprovação da ata os membros da Assembleia Municipal que estiveram presentes nas reuniões a que ela respeitava, observando o n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

## PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

### PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES E/OU ESCLARECIMENTOS SOBRE O EXPEDIENTE RECEBIDO:

### APRESENTAÇÃO DE MOÇÕES, VOTOS DE LOUVOR, CONGRATULAÇÃO, SAUDAÇÃO, PROTESTO OU PESAR:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do ponto em apreço, tendo-se verificado as seguintes intervenções:

#### **Ademar Marques (PSD):**

Aproveitou para desejar boas festas para todos.

Começou por apresentar a recomendação sobre saúde e o porquê de tomar a forma de uma recomendação, à Câmara Municipal, e não de uma moção.

Já no passado, disse que entendia que mais do que proclamações, deveriam tentar fazer coisas práticas e entendia que aquelas questões que irá mencionar na leitura da recomendação, passavam, sobretudo, por tomadas de posição dos órgãos próprios, neste caso da Câmara Municipal e o Presidente da Câmara Municipal, junto dos órgãos do Ministério da Saúde, da Administração de Saúde, administração desconcentrada, e têm sido questões, também, debatidas na Câmara pelos Vereadores do Partido Social Democrata, que têm colocado as questões, inclusive na última reunião de Câmara o fizeram, e existem questões que são de atualidade, como a questão dos Médicos de Família, que são preocupantes e que estão a preocupar a população de Peniche, agora, mais recentemente, com o que já falou numa das últimas Assembleias, com a concretização da reforma de um dos Médicos de Família em Atouguia da Baleia, com o facto de uma parte significativa da população da freguesia ter ficado sem médico de família, portanto, crê que o senhor Presidente da Câmara, no passado, quando era Presidente de Junta, em 2015 queria ir fazer uma manifestação junto ao ACES, porque não havia médico de família na Serra d' El-Rei e em Ferrel e, na altura, não concordou, e hoje também não concordava que se fizessem manifestações. Referiu que, na sua opinião, passava pela atuação do Presidente da Câmara junto da Administração de Saúde.

Apresentou, verbalmente, a seguinte recomendação:

«Recomendação à Câmara Municipal.

*Considerando que se tem vindo a agravar as carências de médicos e enfermeiros no Centro de Saúde de Peniche e que uma parte significativa da população do concelho continua sem ter médico de família;*

*Considerando a falta de investimento nas instalações e nos equipamentos do Hospital São Pedro Gonçalves Telmo, o que tem vindo a piorar a resposta desta unidade do Centro Hospitalar do Oeste;*

*Considerando que apesar da criação de um grupo de trabalho para a definição de objetivos para o novo Hospital do Oeste, não é expectável que esta nova estrutura venha a ser construída nos próximos dez anos;*

*Considerando que mesmo depois dessa construção ocorrer, a estrutura hospitalar em Peniche virá a ser reconvertida para um novo uso, a definir pela Administração de Saúde;*

*Considerando, por fim, que a Administração do CHO apenas refere no seu plano de investimentos em equipamentos, a instalação da unidade de psiquiatria em Peniche, prometida há cerca de quatro anos e ainda por concretizar, e não menciona investimentos na infraestrutura e no Serviço de Urgência Básica, a Assembleia Municipal de Peniche, reunida em sessão ordinária no dia 13 de dezembro de 2019, recomenda à Câmara Municipal de Peniche e em especial ao Presidente da Câmara Municipal, que diligencie junto do Ministério da Saúde ou das suas estruturas regionais, no sentido de assegurar:*

*1- A colocação de Médicos de Família no concelho de Peniche, designadamente que se substituam os médicos que se reformaram recentemente e os que, tendo sido colocados, também recentemente, se tenham ido embora.*

*2 – O reforço do quadro permanente de médicos no Hospital São Pedro Gonçalves Telmo, para que não sejam apenas médicos de empresas de trabalho temporário, a prestar cuidados de saúde, e a melhoria do funcionamento do Serviço de Urgência Básica, cuja degradação tem sido notória.*

*3 – Que sejam efetuadas obras no Hospital São Pedro Gonçalves Telmo, para assegurar a remoção do amianto da cobertura e para dotar as instalações de condições dignas para os utentes daquele serviço, com uma calendarização de atuação.*

*4 – Que sejam cumpridos os compromissos de investimentos em Peniche, nomeadamente que sejam feitas obras de melhoramento e substituídos os equipamentos obsoletos.»*

**Deliberação n.º 66/2019:** Submetida a votação, foi a recomendação sobre a saúde apresentada pelo Partido Social Democrata aprovada, por unanimidade.

**Ademar Marques (PSD):**

Disse que este assunto já foi alvo de propostas na Câmara Municipal e mencionado, por diversas vezes, na Assembleia Municipal.

Apresentou, verbalmente, a seguinte recomendação:

«Recomendação à Câmara Municipal.

*Considerando que a iniciativa do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Peniche, há vários anos, para fazer a transmissão online das reuniões, vem melhorar significativamente, a perceção que os cidadãos têm do funcionamento da Assembleia Municipal e tem permitido o acompanhamento dos trabalhos por mais munícipes;*

*Considerando que devemos permitir um acesso mais direto à informação sobre os assuntos em discussão e sobre as posições de cada membro da Câmara Municipal e garantir, assim, uma maior transparência sobre os processos de decisão;*

*Considerando que a transmissão online das reuniões da Câmara Municipal e o seu alojamento para posterior consulta, é uma realidade em vários Municípios do país, permitindo que a inovação tecnológica seja posta ao serviço da informação e da participação da cidadania, na política, a Assembleia Municipal de Peniche, reunida em sessão ordinária, no dia 13 de dezembro de 2019, recomenda à Câmara Municipal de Peniche, que considere deliberar:*

*1 - A transmissão online das reuniões ordinárias públicas de cada mês, da Câmara Municipal de Peniche.*

*2 - O alojamento online, no site do Município de Peniche, dos vídeos das reuniões com fácil acesso.»*

**Tiago Gonçalves (PS):**

Disse que, por princípio, era favorável à transparência, mas não sabia até que ponto, a Assembleia Municipal poderia, no exercício das suas competências, deliberar recomendar ao Órgão Executivo que tome uma decisão sobre uma matéria que lhe dizia diretamente respeito. Referiu que estavam a falar de uma matéria que considera que é de reserva do Órgão Executivo, rege-se pelas regras que melhor entende. Disse, ainda, que não se sentia confortável por estar a fazer uma recomendação à Câmara Municipal, sobre um aspeto que diz respeito ao seu funcionamento, enquanto órgão colegial. Salvaguardou a sua dúvida, embora, por princípio, seja favorável à ideia, mas não sabia até que ponto estariam habilitados para tal.

**Ademar Marques (PSD):**

Deu conta que o senhor Deputado Tiago Gonçalves foi o autor da proposta, em relação à Assembleia Municipal, portanto, não tinha dúvidas que foi uma boa medida.

Disse que não estavam a deliberar em nome da Câmara Municipal, estavam a sugerir, a recomendar, que a Câmara Municipal considerasse aquela medida, portanto, não lhe pareceu que haja qualquer intromissão, naquilo que é a capacidade da Câmara, que decidirá de acordo com a sua própria vontade. Referiu que, na sua opinião, estavam a defender outra coisa, que era a possibilidade dos munícipes, e esses sim teriam que responder, de terem acesso ao conteúdo das reuniões de Câmara, como acontece em tantos municípios do país e aqui da nossa região também.

**Presidente da Mesa, Américo Gonçalves (PS):**

Referiu que não se preocupava nada a transmissão, até porque aquelas reuniões já eram públicas, tal e qual como as reuniões da Assembleia Municipal, o serem transmitidas ou não, nada acrescentava, beneficiava, efetivamente, quem estivesse noutra local, poder saber o que se passava no momento.

Em relação à recomendação, disse que era apenas uma recomendação em que a Assembleia Municipal votaria ou não, posteriormente a Câmara Municipal decidia.

**Deliberação n.º 67/2019:** Submetida a votação, foi a recomendação sobre a transmissão online, apresentada pelo Partido Social Democrata aprovada, por maioria, com treze (13) votos a favor, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (8) e pelo Partido Socialista (5), três (3) abstenções, dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária (3), e oito (8) votos contra, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (8).

**Licínio Pereira (GCEPP):**

Apresentou, verbalmente, a seguinte moção:

«Moção

*Pelo alargamento do complemento solidário para idosos.*

*O complemento solidário para idosos (CSI) foi criado há cerca de treze anos, para apoiar pensionistas com pensões de velhice ou de sobrevivência com idade superior à idade normal de acesso à pensão do regime geral da Segurança Social, atualmente 66 anos e cinco meses, e que tem rendimentos muito baixos, inferiores a 5.258,63 euros/ano. O valor a receber do CSI, quando concedido, corresponderá à diferença ente o montante dos recursos do requerente e aquele montante máximo de 5.258,63 euros/ano, ou seja, 438,21 euros/mês. O gasto da Segurança Social com o CSI representa menos de 1% da sua despesa e deve ter-se em conta que esta prestação social é financiada pelo Orçamento do Estado e não pelos descontos, contribuições, sobre salários de quem trabalha, os quais se destina só apenas a financiar as pensões de velhice - 20,21 %, invalidez - 4,29%, e os subsídios como o desemprego - 5,14%, a morte - 2,44%, doença - 1,41% e parentalidade - 0,76%, doenças profissionais - 0,50%. O complemento solidário para idosos (CSI) abrange atualmente cerca de cento e sessenta e cinco mil pessoas, 70% são mulheres, tendo o distrito de Leiria, mais de oito mil beneficiários. Muitos mais idosos que vivem numa situação muito precária, continuam a sem poder aceder a esta prestação social, já que na avaliação dos recursos das requerentes, para além dos rendimentos anuais do próprio, tem sido considerada também, a quantia anual definida em função do rendimento dos descendentes, mesmo que não vivam com o requerente. Tal situação faz com que a medida, pensada como importante meio de combate à pobreza da população mais idosa, se tenha transformado numa medida limitada, insuficiente e até reprodutora de exclusão social. No centro relatório, em que também é sugerida a melhoria desta prestação, a própria OCDE defende que a condição de recursos para aceder ao CSI não deve ter em conta o rendimento dos descendentes, por incluir rendimentos dos filhos nas condições para atribuição do CSI. Contribui para perpetuar os baixos rendimentos nas famílias, por várias gerações. Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Peniche, reunida a 13 de dezembro de 2019 delibera recomendar à Assembleia da República, que altere a legislação atual, de modo a que a atribuição do complemento solidário para idosos (CSI), tenha apenas em consideração, os rendimentos anuais do próprio idoso e da pessoa com quem está casado ou vive em união de facto há mais de dois anos, excluindo-se assim, a ponderação de rendimentos dos filhos. Os Deputados do GCEPP.»*

Disse que o que estava escrito, fazia parte das propostas que o Governo iria apresentar, em relação àquela questão.

**Deliberação n.º 68/2019:** Submetida a votação, foi a moção apresentado pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche aprovada, por unanimidade.

**Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):**

Desejou boas festas para todos e para as suas famílias.

Apresentou um voto de louvor à Guarda Nacional Republicana, no caso, aos militares do Posto de Peniche, que esta noite impediram que houvesse um incêndio na Igreja Nossa Senhora da Guia, em Ferrel, tendo os dois militares contrariado a tentativa de incêndio com as próprias mãos, portanto, na sua opinião, era merecido.

#### **APRECIACÃO DE OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO:**

Passando a Assembleia à apreciação do ponto em epígrafe, usaram da palavra os senhores adiante identificados:

**Mariana Rocha (CDU):**

Disse que:

Iria começar por falar na necessidade de a Câmara fazer um estudo para a criação de um abrigo rodoviário, junto à empresa ESIP, onde se deparava, todos os dias, com munícipes a apanhar o transporte ao frio, ao sol e à chuva. Informou que eram um grupo de jovens que apanham ali o transporte, todos os dias, para a escola, em Caldas da Rainha, e alguns para o trabalho, e custava-lhe ver os munícipes abrigados dentro das instalações da empresa que, felizmente, com o número de trabalhadores que tem, a passagem tornava-se estreita e acabavam por perturbar, estando muitas das vezes à chuva.

Fez um alerta na Câmara Municipal, sobre os passes escolares para os jovens que frequentam a Escola Secundária de Peniche. Referiu que, ele própria, viajando na Rodoviária, como munícipe, trabalhadora normal, pagava um valor de trinta euros, o chamado passe social, aquele que a população, felizmente, teve direito recentemente. Os jovens que são estudantes, que têm a participação de 50% da Câmara Municipal, e não duvidava, pagavam trinta e um euros e vinte e cinco cêntimos. Indicou que o que estava a acontecer àqueles jovens, uma vez que está a ser investido dinheiro que é dos municípios e que faz falta para outras obras, e que nada trazia de vantagem àqueles jovens, porque pagavam mais do que se pagassem passe social, é que estavam a abdicar do passe escolar. Referiu que, em termos futuros, todos os jovens abdicariam do acesso ao passe escolar e depois não se viesse dizer que se deixou de participar os passes escolares, porque os jovens pura e simplesmente abdicaram, até porque qualquer jovem abdicaria de um patrocínio daqueles, uma vez que não lhes dá vantagem. Desconhecia se seria possível, mas, na sua opinião, provavelmente, a Câmara teria uma vantagem, e aí sim considerava que trouxesse vantagens aos jovens, em pagar o passe na totalidade, como sendo passe social que custa trinta euros. Disse, ainda, que participava a totalidade e, ainda, participava menos do que estava a participar atualmente, porque tem conhecimento que a Câmara Municipal participava com mais valor do que os trinta e um euros e vinte e cinco cêntimos, que era inadmissível, até porque não era vantajoso para os jovens e iria limitar o acesso à Educação.

Existe uma questão na rede viária, na estrada que liga a Bufarda à Cerâmica, mais concretamente na zona entre a Bufarda e a Ribafria. Referiu que na descida que dá acesso à Ribafria, no sentido de quem sobe, a estrada está a ficar em péssimas condições. Falou no sentido que sobe, por ser o sentido que mais a preocupava, porque é onde passa o maior peso, camiões que vão carregar às empresas de agricultura e, também, camiões com pedra. Deu conta que a valeta, a meia ladeira, já está funda, a estrada está inclinada, com os terrenos húmidos e com o peso, há perigo. Informou que não existe sinalização com indicação de valeta funda e, no seu entendimento, urge alguma reparação.

Relativamente à poda das árvores que estão plantadas em redor do espaço da escola, que está fechada, na Ribafria. Indicou que são árvores que não são podadas, há mais de dez anos, são árvores que têm troncos enormes, a última vez que foi feita uma poda, na sua opinião, não foi uma poda, foi um corte de uma árvore pela raiz, porque corria perigo de estar a cair em cima da casa de um munícipe, pelo que foi necessário cortar a árvore pela raiz, mas as outras ficaram todas por podar, e aquilo já não era um jardim, era uma floresta. Referiu que, para além dos troncos das árvores estarem pelo chão, também crescia o facto de estar rodeada de muitas silvas, muito feno. Disse que a Câmara tinha a máquina de cortar feno, de cortar silvas e de cortar caneiras e acha que devia de passar por lá e dar uma limpeza. Referiu que já fez esta chamada de atenção há um ano atrás e que se mantinha precisamente na mesma. Propôs ao senhor Presidente, que autorizasse a poda das árvores, porque agora até ao preço que as madeiras têm

davam jeito para as lareiras e inclui-se a si própria que não se importava de lá ir podar as árvores.

**Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP):**

Desejou a todos os presentes, às suas famílias e a quem ouve, mas também aos trabalhadores municipais, umas boas festas e um bom ano de 2020.

Sobre a questão do abrigo rodoviário perguntou se o autocarro para os estudantes que vão para as Caldas às oito da manhã, vinha do entreposto rodoviário ou vinha de dentro da cidade, para ver a questão da localização do abrigo, porque no átrio da ESIP não havia outro espaço. Mas acrescentou que se vai estudar a questão.

Em relação aos passes disse que os municípios participavam todos os passes, os escolares e os outros, portanto, era uma responsabilidade que estava centralizada nos municípios, no seu conjunto e esta situação também já foi analisada. Em relação ao nosso concelho disse que os Serviços de Educação estão a avaliar a possibilidade que a senhora Deputada Mariana Rocha colocou de os transportes serem participados a 100% para os alunos.

Em relação à rede viária disse que o procedimento de intervenção por empreitada, nos asfaltos nas nossas estradas, estava a decorrer e assim que estiver concluído, iniciar-se á a intervenção através de uma empresa. Acrescentou que nas ruas mais pequenas, nas zonas onde é mais difícil intervir em grande escala, as intervenções serão feitas por administração direta, pela nossa equipa. De qualquer forma, agradeceu por mandarem verificar esta situação, se oferece algum perigo e o próprio, se puder, passará lá este fim de semana.

Em relação às árvores e à poda, arriscou-se a dizer se sabiam podar achou que não havia mal nenhum em fazer a poda das árvores de Ribafria, até porque se não o fizerem a Câmara vai lá fazê-lo de certeza. Referiu que é hábito da Câmara, não só os Serviços de Jardinagem, mas também a própria equipa que tem estado a trabalhar no Pinhal, de dar às pessoas que vão passando, grande parte da madeira sobranete das podas e do corte de árvores velhas.

**Jorge Guerreiro (CDU):**

Cumprimentou todos os presentes e desejou-lhes boas festas, acima de tudo, com saúde e que seja uma época de paz e de harmonia.

Disse que tinha sido colocado pelo Doutor Sérgio Leandro, há cerca de um ano a esta parte, no Conselho Municipal de Segurança, do qual também faz parte, a questão que o senhor Presidente ficou de tentar analisar, embora não seja uma questão fácil, mas estavam a falar do estacionamento pontual, embora diário, em frente à Escola Secundária de Peniche quando os autocarros vêm descarregar os alunos. Referiu que o senhor Presidente deu resposta, na altura, há cerca de um ano que iriam tentar analisar uma possível solução para este problema, ou seja, sempre que o autocarro para descarregar os alunos em frente à Escola Secundária de Peniche entope o trânsito todo até o autocarro descarregar os alunos, embora seja por tempo limitado, mas o senhor Presidente ficou de tentar analisar, dentro do possível e já passou um ano e gostariam de saber o ponto da situação deste processo.

Sobre a questão dos ratos que existem em algumas zonas, disse que tinha um exemplo muito concreto, na Ribafria, na Rua dos Passarinhos e depois também tinham na cidade de Peniche duas zonas, a zona dos portões de Peniche de Cima e também a zona de Santa Cruz, por exemplo. Perguntou qual era o planeamento Camarário, do



Executivo, para este tipo de situações ou se vão agindo conforme os alertas da população. Perguntou qual era a calendarização, qual era o plano, qual era a estrutura logística prevista para este tipo de situações dos ratos que vão aparecendo.

Sobre a questão da poda dos Passos de Peniche deu nota que a poda em Peniche estava atrasada, referindo que já falou com o Engenheiro Nuno Cativo, com o senhor Presidente da Câmara, já mandou emails cansativamente para o senhor Engenheiro Nuno Cativo e, ainda que a Câmara estivesse a fazer o que podia, estava ligeiramente atrasada, pelo menos, um ou dois meses a esta parte. Desejou Boas Festas a todos.

**Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse que:

Sobre a questão do estacionamento dos autocarros para a saída dos alunos, junto à Escola Secundária, aquele é um assunto difícil porque existem no local separadores centrais, porque do lado da Escola era impossível cortar o passeio para fazer estacionamento e a outra solução seria afastar o estacionamento para desembarcar os alunos, que até seria possível, mas que afastaria os alunos da entrada e obviamente que o interesse é que os jovens e os adultos saiam ali. Não era uma tarefa fácil e era por isso que não foi nada proposto, porque quando há propostas que são possíveis de concretizar, os Serviços estudam-nas e levam-nas a reunião de Câmara para ser aprovadas. Acrescentou que quando esteve a falar deste assunto com os Serviços chegaram à conclusão que não era possível concretizar uma proposta, só se inventarem outra solução e essa não foi inventada.

Sobre a questão dos ratos a intervenção era feita através de uma empresa que a Câmara contrata e era caso a caso, zona a zona. Quando as zonas eram alertadas, transmitia-se aos Serviços, que transmitiam à empresa.

Em relação à poda, não sendo um especialista da poda, não sabia se estavam atrasados, mas que provavelmente estavam, porque a equipa Municipal que faz esse serviço também fazia muitos outros. Afirmou que ainda hoje, passou por uma zona, sinalizada há duas semanas para se cortar duas palmeiras e as palmeiras ainda lá estavam para cortar, não era possível fazer tudo. Sugeriu que em vez de se generalizar o informassem, porque nos casos de maior urgência, comunicaria às equipas para tentarem intervir com alguma rapidez.

**Presidente de Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Afonso Clara (PSD):**

Desejou boas festas, bom Natal e tudo a correr pelo melhor, era aquilo que se deseja para todos, todos desejavam um pouco uns aos outros.

Disse que:

Não podia deixar de reforçar a situação dos Médicos de Saúde da Atouguia e que o senhor Presidente deverá ter recebido a comunicação enviada pela Junta ao Agrupamento de Centros de Saúde Oeste Norte, lamentando a situação que está a acontecer na Atouguia, porque solicitou que lhe enviassem esse documento mas também, o documento que entretanto a Junta recebeu da senhora Presidente da Agrupamento de Centros de Saúde Oeste Norte, onde informavam que tinha sido agendada a reunião que a Junta de Freguesia tinha pedido, que ficava agendada para o dia 18 de dezembro, às onze horas, transmitindo a sua vontade para que o senhor Presidente estivesse, naturalmente, presente nessa reunião. Efetivamente, a situação era preocupante e que desgostava a todos os utentes, mormente aqueles que eram doentes do senhor Doutor João Manuel Vala, que se reformou, porque chegou ao limite da idade para a reforma, o

que era perfeitamente legítimo. É inaceitável aceitar que os utentes do Centro de Saúde, sejam encaminhados, quer para o Centro de Saúde da Serra d'El-Rei, quer para o Centro de Saúde de Peniche. Não podiam aceitar de forma alguma esta situação e daí, o terem pedido com caráter de urgência, uma reunião à senhora Presidente, a Doutora Ana Pisco que muito simpaticamente e registaram com agrado, que de imediato agendou a reunião para o dia 18. Naturalmente que convidava o senhor Presidente a acompanhá-lo, porque era importante reforçar este ponto, porque as pessoas não podiam continuar a ser encaminhadas, quer para Peniche, quer para a Serra d'El-Rei, quando têm um Centro de Saúde nas condições que tinham na Atouguia.

Perguntou ao senhor Presidente e ao senhor Vereador Mark Ministro, se a inauguração do Centro Escolar, do novo Centro Educativo sempre estava agendada para o dia 6 ou a passagem das crianças para aquele novo Centro Educativo no próximo dia 6, como tinha sido ventilado. Gostaria de saber qual era o ponto da situação.

Havia uma outra situação que sempre o preocupou, mas que agora começava a preocupá-lo em demasia, que era a questão da conversa da reunião com o proprietário do terreno do caminho da Fonte Gótica. Disse que o tempo vai passando e não queria que isto ficasse para as calendas. É um assunto que tem de ser tratado, urge ser tratado e gostaria que o senhor Presidente marcasse uma reunião com o proprietário do terreno para que possam avançar com esta ideia, porque começava a ser demasiado tempo e, a partir de agora, não vai esquecer e não vai ignorar esta situação.

Questionou o senhor Presidente da Câmara sobre o ponto de situação, relativamente ao Quartel da GNR.

Deixou uma nota, sabendo que na Assembleia Municipal não podiam ter uma intervenção muito profícua, mas não podia deixar de reportar esta situação, relacionada com a Sociedade Portuguesa de Autores. Ano após ano, as Comissões de Festas do concelho são confrontadas, aquando da realização das festas, dos custos desmesurados do valor exigido às Comissões de Festas. Pensou que, se porventura, anteriormente se pecava por defeito em termos do valor a cobrar que era, de facto, muito pouco significativo, neste momento, à boa maneira portuguesa, passou-se do oito ao oitenta com uma facilidade pasmosa. Era uma preocupação com as Comissões de Festas, que lutam todos os anos, andam de porta em porta a pedir para as pessoas ajudarem às festas, para arranjam dinheiro para as suas coletividades, na generalidade, porque as Comissões de Festas estão ligadas às coletividades e depois são chamadas a pagar taxas que não fazem sentido nenhum. Considerou que, não querendo recorrer àquela palavra, mas à falta de melhor, que era um verdadeiro "roubo" o que se fazia às Comissões. Num outro enquadramento todos os anos a Junta de Freguesia, a exemplo do que faz a Câmara e outras freguesias, faz a Festa de Natal dos idosos. Referiu que a Junta da Atouguia vai fazer essa mesma festa, no dia dezoito deste mês. Comunicou que, no dia anterior, foi surpreendido com um email que recebeu na Junta, enviado pelo delegado local da Sociedade Portuguesa de Autores, no seguimento de um outro email, recebido da delegada regional ou distrital da Sociedade Portuguesa de Autores, onde dizia só assim: "*Vai haver festa, vão ter a festa com a banda, vejam lá isso.*" Perguntou se fazia sentido que uma festa organizada pela freguesia para os idosos, onde vai atuar o conjunto "*Mar à Vista*" do Lugar da Estrada, o grupo de danças do Lugar da Estrada, sem quaisquer fins lucrativos, se fazia algum sentido esta ganância de dinheiro revelada naquelas atitudes. Acrescentou que no ano anterior acabou por pagar, mas há dois anos, foram confrontados com uma situação semelhante no encontro de Bandas Filarmónicas em julho. Neste há sempre três bandas, a banda da Atouguia e são convidadas duas bandas que, na

generalidade, são bandas que vem de longe, referindo que no ano passado veio uma da Covilhã e veio outra de perto de Seia. Só para dar um exemplo, disse que vinham a título gracioso, pagavam o transporte, não recebiam nada, a única coisa que recebiam era um jantar que, normalmente, era uma sardinhada e umas febras que se fazem na Escola E.B 2, 3, até para economizarem e depois pagava-se sobretaxas, o que era um disparate e uma ofensa às pessoas. Achou que alguém tinha de dizer "*basta*", que se cobrem taxas, sim senhor, mas que fossem equilibradas porque as Comissões de Festas amadoras das aldeias que dão o corpo ao manifesto, a bater de porta em porta para angariarem dinheiro para pagar às bandas depois a Sociedade Portuguesa de Autores tinha o desprante de cobrar as taxas que se cobram, são uma ofensa e uma desmotivação para quem trabalha nestas coisas. Acrescentou que no dia anterior sentiu-se ofendido, referindo que aquele documento não fazia sentido nenhum, estavam a promover as coletividades locais, era uma festa de Natal para os idosos e a preocupação era cobrar taxas.

Estava incomodado com o estado de saúde das ruas, estradas e também caminhos do nosso concelho, mas falava, particularmente, da sua freguesia. Estas chuvas metiam a nu todas as deficiências e era extremamente incómodo e ingrato ser Presidente de Junta numa fase destas, onde toda a gente os acusava e tinham dificuldades em justificar esta situação.

**Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP)**

Disse que:

Recebeu e viu o email, que tinha outras coisas marcadas, mas que estaria presente com certeza, porque ia desmarcar o que tinha marcado.

Em relação ao Centro Educativo, se abre dia 6 ou não, neste momento, não queria assumir em definitivo, que sim. Esteve numa reunião com vários técnicos e que em princípio, vai abrir. O Centro Escolar das tantas coisas que correram mal daria um romance, mas, provavelmente, havia alguma chance de abrir, porque uma das questões que correu mal tinha a ver com o projeto da eletricidade, mas que se teve a sorte da Energias de Portugal ter estado a ajudar. Havia toda uma série de vistorias que tinham de ser feitas e que estavam dependentes da eletricidade, mas em princípio, e se tudo correr de acordo com a programação dos vários técnicos e das várias entidades que ainda terão de intervir diria que estava otimista. Decidiram que até quarta-feira fariam o ponto da situação para comunicar. Acrescentou que tudo o resto estava a correr bem e que têm estado a fazer um esforço para tentar conseguir abrir mais cedo do que no início do segundo semestre, até porque tem havido várias pressões nesse sentido, mas, assim que tiverem uma data o senhor Presidente de Junta, Afonso Clara, será um dos primeiros a saber. Não lhe falou antes do resultado da reunião, porque não o queria preocupar, nem queria preocupar outras pessoas, porque a reunião do dia anterior tinha sido muito exigente.

Em relação à Fonte Gótica, tinham combinado marcar uma reunião. Acrescentou que tinha o dossier a jeito, porque teve que fazer a avaliação do processo que não o conhecia, mas que durante este mandato, mesmo na reunião de Câmara foi muitas vezes referido. Disse que se o senhor Presidente de Junta, Afonso Clara estiver disponível, assumiam já, na segunda semana de janeiro, marcar essa reunião até porque seria necessário a presença do advogado, como o senhor Presidente da Junta sabia.

Em relação ao Quartel da GNR não tinha datas, mas também fizeram o ponto da situação há um mês atrás com os técnicos. Diria, assim de cabeça, que se irá comunicar à Direção Geral que estão prontos para assinar o protocolo em janeiro. As coisas estavam

a correr normalmente e que as etapas do loteamento estão, finalmente, a terminar. Em relação ao projeto, da parte do Governo, serão eles a fazê-lo, tinham depois, o compromisso, que não era pouco, de executar as infraestruturas. Disse que felizmente, o processo estava tudo a andar.

Em relação à Sociedade Portuguesa de Autores, achou bem que o senhor Presidente de Junta desabafe com o Presidente de Câmara em relação a isto. Considerou que não era um problema da Junta, das Juntas ou da Câmara, mas um problema de todos. Diria também, que seria um bom tema para a Associação de Municípios, a Associação de Freguesias, debater sobre como alterar aquilo que está regulamentado. Referiu que a senhora Vereadora Ana Rita estava a dizer-lhe que já fizeram uma primeira reunião com a Sociedade Portuguesa de Autores e que havia a possibilidade de fazer um protocolo, mas que apenas reduzia 10% daquilo que se paga, mas o que se estava a tentar era que fosse mais do que isso, mas isso ultrapassava-os. Achou que deviam fazer este esforço com um movimento forte, ou estaria condenado ao fracasso.

Se antecipou ao estado de saúde das estradas e, infelizmente, era o primeiro a admitir, que havia muitas situações onde intervir. Contudo, informou que a equipa municipal estava substancialmente reduzida, não sendo fácil trabalhar, neste momento, por administração direta. Adiantou que o município chegou a ter uma equipa de mais de vinte pessoas, mas que estava reduzida a cinco, seis pessoas e algumas delas nem podiam fazer grande força, pelo menos de acordo com o que o médico de Medicina do Trabalho dizia. Garantiu que, assim que puderem, vão atacar com as duas frentes.

**Ademar Marques (PSD):**

Deu nota da preocupação referida na última Assembleia Municipal, que tem a ver com o processo de elaboração do Plano Diretor Municipal. Disse que segundo sabia, a equipa responsável pelo Plano Diretor Municipal não reúne com a Câmara há perto de seis meses. Afirmou que a Comissão de Acompanhamento que foi criada por esta Assembleia, reuniu uma vez, não decidiu nada e ficou de reunir e nunca mais reuniu, e foi há mais de seis meses. O tempo está a passar, tiveram Assembleia há três semanas, desde então, nada aconteceu, que soubesse, e o senhor Presidente dir-lhe-á, mas a verdade era que a Câmara também não sabia. Quis dar esta nota de preocupação, uma nota séria, já o tem dito nos últimos meses, estavam preocupados porque, como se percebeu pela discussão que teve lugar na última Assembleia, há muitos pontos por limar e, portanto, era bom que o assunto fosse discutido rapidamente.

**Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse que:

Na última Assembleia Municipal referiu que as equipas estão a trabalhar, tanto os nossos técnicos como a equipa externa e a Câmara tem conhecimento desta informação e a Assembleia Municipal também porque a deu aqui, e inclusive, deu-se conhecimento do cronograma da equipa e daquilo que está previsto. Acrescentou que na segunda-feira seguinte, a equipa vai estar em Peniche a trabalhar com técnicos da Câmara, porque existem questões técnicas que tem de ser ultrapassadas. Também referiu na última Assembleia Municipal que em janeiro o processo vai ser retomado em reunião de Câmara. Disse que foi falado, na reunião da Comissão de Acompanhamento foi que propôs irem mais além, não era só a Comissão de Acompanhamento que é muito restrita, mas para todos os autarcas, e se quiserem alargar a toda a população, não havia problema nenhum. Disse que não se metia em alhadas, em termos de questões técnicas. Disse que

discutiam as questões políticas quando quisessem e reafirmou mais uma vez, que as decisões sobre o Plano Diretor Municipal, tudo o que de bom ou de mau lá estiver, tem que ser votado pela Câmara, não será a vontade do senhor Presidente. Tem que ser votado pela Assembleia Municipal, e haveria essa oportunidade, mas há um conjunto de processos técnicos que tem que ser elaborados, executados e alguns deles tiveram que ser contratados fora da Câmara. Estavam a ser feitas conversações com as entidades com quem é preciso conversar e preparar para acederem à vontade do Município, quando houver essas decisões, nomeadamente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional e tudo isso estava a ser feito. Referiu que a Chefe de Divisão ainda durante a semana teve uma dessas reuniões de questões técnicas porque as questões políticas, essas vão todos discutir e referiu que até nem tinha terrenos pelo que estava muito à vontade para discutir e debater, mas considera que devia ser feito um trabalho muito sério e que deveriam ter atenção se queriam ceder a pressões exageradas de algumas pessoas ou não, mas que cada um ficará com a sua consciência.

**Ademar Marques (PSD):**

Referiu que o senhor Presidente vinha sempre com a conversa dos terrenos e das insinuações e que isso soava sempre muito mal, porque já lhe tinha dito na última Assembleia, mas voltava a dizer-lhe muito claramente que estavam aqui todos para defender o interesse público e por isso é que foram os primeiros a defender a transparência deste processo. Disse-lhe muito claramente e disse-lhe alto, porque parecia que o senhor Presidente tinha dificuldade em ouvir algumas coisas e em perceber. Acrescentou que essa demagogia, porque era de demagogia que se tratava, de dizer que vai fazer reuniões com todos e mais alguns, isso era só demagogia porque sabia muito bem que antes de fazer as reuniões com todos e mais alguns, têm que perceber se tinha ou não, consenso para propor alguma coisa e era isso que o senhor Presidente se recusa terminantemente a fazer, e quando propuseram uma Comissão com algumas entidades apenas, nomeadamente as que tinham interesses culturais, elementos das Forças de Segurança, associações empresariais, associações ambientais, foi precisamente para que elas pudessem defender os interesses daquelas áreas, não são os interesses dos empresários, que também podem acontecer e podiam ser veiculados junto da Câmara, porque há tempos previstos no Plano Diretor Municipal e no processo do Plano Diretor Municipal para tudo, agora não havia tempo nem havia lugar para insinuações, como aquelas que o senhor Presidente voltou a fazer. Disse que conhecia muitas pessoas com terrenos, o senhor Presidente também conhecia muitas pessoas com terrenos, certamente que elas falaram mais com o senhor Presidente do que consigo e nunca o acusou de estar a defender os interesses dessas pessoas, nunca o ouviu a acusá-lo disso e, portanto, espera que aquilo que disse, que não seja uma insinuação, porque uma vez mais, havia de certeza, mais pessoas a falar com o senhor Presidente do que consigo e era legítimo que o fizessem. Aquilo que pedia, era que houvesse transparência neste processo, era o que defendiam desde o princípio, que a informação devia ser pública, que deviam ser feitas reuniões com a população, mas havia um processo que tinha de ser cumprido, há uma equipa que devia ter um contrato com a Câmara e não tinha. Voltou a sublinhar a urgência deste assunto, é uma urgência para o concelho todo e era bom que isto tivesse uma solução rápida, porque depois, se não tiver, o senhor Presidente não podia vir dizer que era por culpa da oposição que não se fez, só havia um culpado, que era quem não deu pressa ao assunto.

**Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse que:

Não se estava a dirigir ao senhor Deputado Ademar Marques, estava a alertar os autarcas, não estava a dirigir-se a ninguém e o senhor Deputado falava com verdade em relação em ser o senhor Presidente da Câmara o mais pressionado, mas achou que todos os autarcas deviam perceber que as pessoas têm o direito de pressionar e até tem alertado pessoas de que se tinham questões a colocar era agora, até ao final do processo. São os autarcas, primeiro no Executivo Municipal e depois na Assembleia Municipal, que vão decidir. O que vão lamentar é que se as pessoas que têm algumas questões que queiram defender e não estejam alertadas para o fazer. O que dizia era para se ter cuidado com as pressões exageradas, nomeadamente daqueles que acham que devem construir em todo o lado. Acrescentou que não se estava a dirigir a ninguém em particular, todos sabiam que isto era verdade, que para as pessoas que tem terrenos, era legítimo que defendam que os seus terrenos sejam mais valorizados e se puderem construir, obviamente que estavam a valorizá-los, isso era legítimo. Disse que tinham a obrigação, como autarcas, de defender os interesses de todos, da comunidade, e inclusive, já tem chamado a atenção a alguns que não estavam despertos para irem falar com as técnicas. Voltou a repetir que a questão, neste momento, tinham de se ultrapassar as questões técnicas que estavam atrasadas e que têm que ser resolvidas e, também já referiu que não valia a pena fazer mais pressões, porque em janeiro este assunto tem que voltar a reunião de Câmara, em janeiro, e se quiserem reunir a Comissão de Acompanhamento, vai reunir e em janeiro ou fevereiro, poderiam fazer uma outra reunião mais alargada e que todos os autarcas e todas as pessoas que queiram vir a esta sala, com os técnicos, possam colocar as suas preocupações, as suas propostas, ver se era possível ou não. Questionou se queriam um processo mais transparente ainda. Disse que ninguém tinha mais vontade de fechar este dossier do que ele próprio, mas pelo menos e que se agora se tinha a oportunidade de debater com alguma profundidade, como se calhar nunca tinha sido feito, pois que se aproveite para aprofundar. Disse que todos podiam fazer propostas, mas que as fizessem conscientes, porque às vezes podia não haver consciência, mas era só um alerta, não queria atingir ninguém.

**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

O senhor Presidente da Mesa deu a palavra aos cidadãos presentes que manifestaram intenção de intervir.

**ANTÓNIO FRANCO:**

Disse que:

Era com agrado que via os diferentes grupos a lutarem pelas suas comunidades e pelo bem comum. Enalteceu a intervenção do senhor Presidente de Junta da Atouguia da Baleia, Afonso Clara, a respeito dos direitos de autor e referiu que vão atuar Grupos de idosos para outros idosos e, portanto, não compreendia como é que a Sociedade Portuguesa de Autores acabava por fazer uma taxa assustadora. Pensou que o caminho será aquele que o senhor Presidente da Câmara mencionou, que só um grupo unido a nível nacional possa pressionar e fazer ver à Sociedade Portuguesa de Autores, a sensatez destes pedidos, das Comissões, das associações e até das próprias Juntas, porque se sabe que todos têm dificuldade em satisfazer todos esses pedidos da Sociedade Portuguesa de

Autores e, portanto, o seu primeiro pensamento foi um agradecimento para todos os grupos aqui representados e pela luta que estão a travar pelo bem comum.

Representava um grupo que se constituiu na zona sul do concelho de Peniche e que analisou esta parte sul, para a qual dizem que tem havido pouca atenção por parte do poder autárquico e acrescentou que não se estava a referir só ao atual poder autárquico, que já vinha de trás e isso levou-os a apontar alguns temas relacionados com duas áreas fundamentais, nomeadamente o Património Cultural e a inexistência de equipamentos desportivos coletivos. No património cultural em degradação, poderiam acrescentar outros equipamentos como o Convento de São Bernardino, mas como não tinham elementos suficientes para abordar o assunto, não o fizeram, contudo, existiam outras questões relacionadas ao património cultural. Quanto à inexistência de equipamentos coletivos, chegaram à conclusão de que há muito poucas estruturas que proporcionem aos munícipes até a capacidade de fazer uma simples caminhada e o senhor Presidente de Junta da Atouguia, Afonso Clara, sabia do estado dos caminhos. Muitos deles melhoraram no verão, mas muitos outros não têm nenhuma condições para as pessoas, sobretudo as mais idosas, caminharem e não há efetivamente sítios para caminhar, se houvesse um sítio para caminhar à beira-mar seria o ideal. Se existissem, as pessoas melhorariam a sua condição física e até mental.

Sobre a questão do Forte da Consolação todos já sabiam que mais tarde ou mais cedo, iria ser arranjado, já estava projetado, já estava orçamentado, já estava com financiamento garantido, já tinha um construtor, portanto, pensou que o que o senhor Presidente respondeu, que em fevereiro deveriam recomeçar as obras, pois, era com agrado que ouvia pelo menos, uma data porque até aqui não havia. Quanto à ciclovia que acaba no Casal da Vala continuariam a lutar para que ela se faça.

Pensava que sobre as questões dos caminhos que ligam São Bernardino ao Lugar da Estrada, ou vice-versa, era uma questão de a Junta meter mãos à obra e tornar o caminho pelo meio da Quinta praticamente transitável.

Existia um óbice, que era sobre um aqueduto que a Câmara fez, numa linha de água, em São Bernardino, que se dirige para a praia e que não sabia como é que alguém permitiu numa coisa da Câmara que era um aqueduto, que fizessem paredes laterais, pusessem contadores de água, de eletricidade e outros e que depois tapassem o aqueduto, com uma rede, dando a ideia de que queriam fechar tudo e se as pessoas quisessem passar por lá ou precisarem de um carro de apoio, de uma ambulância ou dos Bombeiros não seria possível fazer esse percurso.

O caminho à beira-mar seria o ideal, em termos de caminhar saudavelmente à beira-mar, que não se estragava a falésia e que pensa que a Agência Portuguesa do Ambiente não se iria opor a uma coisa dessa natureza que já teve feito, mas que agora não tinha condições de transitabilidade.

Tinham a esperança de que a petição assinada por seiscentas e dezoito pessoas, sete eram de associações da zona litoral sul e havia seis ou sete assinaturas de responsáveis autárquicos atuais e que só estas assinaturas diziam bem da justeza da petição. Desejou um Bom Natal e desejou que continuem a aperfeiçoar o nosso viver coletivo.

**Célia Martins (PSD):**

Agradeceu ao senhor António Franco pela sua presença, por expor aquela situação e felicitou pela iniciativa que, naturalmente, acaba por ter muito mais visibilidade do que vir em nome individual. Por outro lado, também lhe deu os parabéns

pela iniciativa porque quem está mais atento às intervenções nesta Assembleia sabia que a questão da participação da população era, para si, um tema muito importante e ficou muito feliz e muito satisfeita por terem um exemplo de iniciativa coletiva. Considerando o número de assinaturas estavam a falar de centenas em nome individual, mas também de associações, como o senhor António Franco referiu e considerando o tipo de intervenções que vão no sentido de valorizar o território, o nosso património natural e arquitetónico que é importante salvaguardar. Referiu que o António Franco também falou de intervenções que vão ao encontro de necessidades ao nível de equipamentos e de infraestruturas que, ao fim ao cabo, são importantes para melhorar a qualidade de vida da comunidade. Acrescentou que se reviam com as suas preocupações, até porque muitos dos temas que o senhor António Franco falou, foram aqui anteriormente referidos, nomeadamente ao nível da questão da segurança e da manutenção dos caminhos.

Disse que o senhor Presidente já falou da questão da candidatura do Forte da Consolação e recomendou que esta Câmara Municipal equacione a viabilidade destas intervenções para que se possa, de facto, concretizar e ir ao encontro daquilo que uma parte substancial da população quer, equacionar estas intervenções, não só neste âmbito territorial, que aqui é falado e circunscrito, mas fazê-lo no seio de um âmbito territorial mais alargado, que era o concelho todo, porque são questões transversais a todos os aglomerados do nosso concelho e da cidade e não só desta parte do concelho.

**Henrique Estrelinha (PS):**

Agradeceu ao senhor António Franco por estar presente e falar-lhes da petição, acrescentando que foi um dos que a assinou e que esses investimentos são necessários no Sul do nosso concelho. Disse que era importante complementar esses investimentos, com um investimento no Convento de São Bernardino, que não é da Câmara Municipal como deviam saber é da Administração Central, mas que poderia haver aqui um aproveitamento turístico, encontrar-se aqui uma solução entre a Câmara Municipal e a Administração Central, por exemplo no colocar o programa REVIVE em que se coloca algum do património por todo o país, ao dispor de privados, para investimento em espaços turísticos e seria uma forma de complementar todos estes investimentos que são necessários e que dariam vida, dinamizariam a zona sul do concelho. Pensou que seria uma estratégia da Câmara Municipal contactar a Administração Central nesse sentido e encontrar aqui uma solução para aquele espaço.

**Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse que se tivesse tido acesso à petição também a teria assinado.

Em relação ao Forte da Consolação referiu houve uma insuficiência relacionada com o projeto da eletricidade, que só há pouco tempo ficou resolvido. Quando afirmou que a obra poderia ter início em fevereiro fê-lo porque a empresa transmitiu que, em princípio, tinha condições para a iniciar em fevereiro, mas que neste momento, não fazia muito jeito.

Disse que, independentemente de se conseguir fazer tudo neste mandato ou não, havia a perspectiva de continuar a instalação dos limitadores de madeira no sentido do Reservatório da Papôa. Afirmou que quando se referiu ao problema das falésias do concelho estas estavam quase todas para limitar, mas adiantou que se quisessem pôr em cima da balança o que é mais prioritário, teria dificuldades em decidir. Papôa, Consolação ou São Bernardino são todas situações em que é necessário intervir, é preciso limitar



porque há falésias em perigo, as pessoas estão em perigo e aquilo que aconteceu de um carro ir parar lá abaixo, pode acontecer à mesma, mas ao menos as pessoas estariam avisadas. Acrescentou que havia grande parte da Marginal Norte para fazer, que tinha de ser feito com urgência, uma grande parte da Papôa e, depois, ainda uma grande parte da costa norte.

Em relação a um acesso pedonal seguro, informou que fizeram a primeira parte, nomeadamente a confirmação do cadastro da propriedade e que, no fundo, a falésia desapareceu, motivo pelo qual o caminho teria de entrar um pouco para dentro e a questão era esta. Tendo em conta o que conversou com o senhor Presidente da Junta e a percepção que tinha da sensibilidade dos proprietários da Quinta, afirmou que considera que não vai ser um processo de difícil consenso. Portanto, se se conseguir vão tentar fazer passar junto à falésia um caminho pedonal. De qualquer forma, achou interessante e importante, até porque também, no programa para a freguesia de Atouguia da Baleia, estava referido isso e afirmou que julga estarem todos de acordo em colocar naquele espaço, que é uma zona muito bonita, muito apetecível e ainda por cima virada a sul, uma zona de equipamentos de manutenção. Disse que deixava um desafio à Junta de Freguesia para pensarem em conjunto sobre isso, podia ser mais rápido por aí, era uma questão de perceber. Concordou em absoluto que o equipamento a Sonda seria uma vergonha para o concelho não o recuperar. Era daqueles equipamentos à vista de toda a gente que tem de se decidir se se quer preservar ou demolir para não se ter ali aquela vergonha. Afirmou, ainda, que teriam de arranjar uma forma de, pelo menos, limpar aquele equipamento rapidamente.

Disse que a questão do Convento de São Bernardino estava entregue a uma empresa pública, foram efetuados vários contactos e aguardam que o Plano Diretor Municipal seja alterado para ver como poderão potenciar o espaço, mas mostraram-se interessados em investir.

**Presidente de Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Afonso Clara (PSD):**

Disse que:

Não podia deixar de intervir neste assunto, tendo em conta que o senhor António Miguel trazia à discussão uma série de questões que lhe são muito caras. Referiu que a última informação do senhor Presidente, relativamente ao equipamento coletivo, muito o satisfazia e que estará disponível para suportar metade dos custos o que será meio caminho andado para que as coisas se resolvam, porque uma das condicionantes era precisamente essa. Informou que fez o percurso com o senhor António Miguel, viram os locais onde deviam ser implementados esses equipamentos, só que isso custava dinheiro, mas com a oferta e a disponibilidade da Câmara, naturalmente que se tornava mais fácil chegarem a um acordo.

Relativamente à questão do caminho, mormente aquele caminho que para o senhor António Miguel lhe era muito cara, o caminho tem sido uma dificuldade para resolver há algum tempo. No tempo do anterior Executivo da Junta de Freguesia e o proprietário do terreno era um caso *"insuportável"*, e não foi fácil chegar-se a um consenso. Felizmente, com os novos proprietários parece o processo melhorou. Referiu que, normalmente, acredita muito nas pessoas e nem sempre era muito feliz porque, às vezes, infelizmente, era enganado, mas quis acreditar que naquele caso concreto, os novos proprietários da Quinta do Gato Cinzento são pessoas de bem, aliás, neste momento, estavam a subsidiar algumas iniciativas no concelho, em instituições no concelho, nomeadamente na Cercipeniche, o que acha que revela a sua preocupação

social, referindo que tiveram a oportunidade de lho dizer a si pessoalmente, numa política de boa vizinhança, que estariam disponíveis e que queriam colaborar no sentido de resolver o problema.

Como julga ter já informado, o Executivo da Junta de Freguesia tem tido muitas dificuldades em termos de operador das máquinas. Há muito tempo que tinham o equipamento parado, a niveladora estava na parte final do arranjo, mas também não tinham operador, tal como não havia operador para a retroescavadora. Pensou que neste momento se encontram em vias de resolver o problema, mas que isso levou a que aquela situação não tivesse ainda sido enquadrada no tempo. Acrescentou que acreditava que vão chegar a bom porto com aquele assunto e que vão fazer o caminho, que era a preocupação de muito boa gente, quer da Consolação, quer do Lugar da Estrada, quer de São Bernardino e onde, naturalmente, o Executivo da Junta de Freguesia se inclui.

**NUNO MIGUEL SALVADOR:**

Disse que o assunto que vinha expor já foi aqui falado, mas de qualquer forma vinha reforça-lo. Tratava-se das condições de acesso ou a degradação dos caminhos da sua localidade, o Casal da Fonte, que pertence à Atouguia da Baleia. Disse que os moradores estavam insatisfeitos com a degradação, que os serviços realizados para a melhoria acabavam por não trazer resultados, porque não são duradouros. Há empresas lá sediadas que executavam a sua atividade e essa degradação acabava por criar desagrado nos seus clientes e alguns acabavam por recusar fazer as cargas nas suas instalações, devido à degradação das ruas e dos caminhos. Essencialmente, era esta a situação que vinha expor, pedindo atenção para ver se era possível melhorar as condições de acesso, dentro do possível, de forma a também facilitar o seu trabalho e tudo mais.

**Presidente de Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Afonso Clara (PSD):**

Valorizou e agradeceu a vinda do senhor Nuno Salvador porque a sua presença só reforçava a sua própria luta e combate relativamente a esta situação. De qualquer forma, há pouco antecipou aquilo que era o seu raciocínio. Espera que, no imediato, num espaço temporal muito curto, ter resolvido o problema do operador para as máquinas.

Disse que de qualquer modo, era bom relevar que todos sabiam que o que tem sido a prática mais comum nos últimos tempos que os caminhos que tinham ficado muito bons, com os aguaceiros ou uma chuvinha, no outro dia passavam a estar insuportáveis, sabiam que todos que assim era. Disse que, em seu entender, a melhor solução seria pavimentar os caminhos, que essa seria a solução ideal, mas que não sabia até que ponto a Câmara estava disponível para isso, referindo que há concelhos em que as Câmaras já chegaram aí, mas infelizmente, tendo consciência da nossa realidade e olhando para a situação das ruas e das estradas, era evidente que nem sequer se atrevia a ponderar esta hipótese. Disse que havia uma questão que para si, era importante. Pensou que a Câmara devia ter um cilindro disponível para pavimentar os caminhos porque se depois de se pôr tuvenan levar um cilindro por cima, o cilindro apertava o produto que ficava com mais resistência e menos sensível à chuva, a niveladora por sua vez pode e deve deixar a inclinação para as beiras, para fazer as regueiras. Disse que ainda ontem andou a dar uma volta pelos caminhos e passou, precisamente, pela zona do Casal da Fonte e reconheceu que tinham toda a razão quando diziam que o que se andou a fazer nos caminhos era deitar dinheiro à rua. De qualquer forma, entre o não fazer nada e o nada fazer, era preferível fazer alguma coisa que durante algum tempo minimize a situação. Disse que

era importante que, para os caminhos, a Câmara dispusesse de um cilindro para apoiar a recuperação dos caminhos, que sejam feitas regueiras nos caminhos, que as niveladoras tratem os caminhos como deve ser, que é o que não tem sido feito e, para terminar, que os agricultores respeitem os caminhos, o que também não tem sido feito tanto que ainda ontem viu caminhos onde as terras desaguam nos caminhos. Disse que antigamente, faziam-se nas terras as chamadas cabeceiras que era para encaminhar a água para os sítios adequados e hoje a maioria dos agricultores, com a devida ressalva de alguns agricultores, que deve felicitar porque são preocupados e já existem alguns felizmente, mas infelizmente, a maioria dos agricultores a única preocupação que tinham era lavrar e alguns até os caminhos lavram. Afirmou que, ainda que seja o primeiro a estar ao lado dos agricultores, é o primeiro a reconhecer a legitimidade das questões suscitadas, mas teria que se trabalhar em conjunto, a Câmara também tinha que os ajudar, porque o que se anda a fazer é deitar dinheiro fora, com carradas de tuvenan que hoje deixava o caminho bom, mas três dias depois estava na mesma. Reforçou que, doravante, caso esta questão de os caminhos serem trabalhados de uma forma criteriosa, corre-se o risco de andarem para o ano todos a falar da mesma coisa.

Disse que o senhor Nuno Salvador lembrou-lhe uma outra situação, referindo que havia uma casa no Casal da Fonte que estava toda arruinada, confessando que não sabia ainda como é que estava em pé, para além de ratazanas e bichos de toda a espécie, para além do perigo de saúde pública era também era um perigo público. Referiu que já chamou o senhor delegado da Proteção Civil, mas a luta continuava.

**Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):**

Deu os parabéns pela questão colocada e gostaria de reforçar com o senhor Presidente de Junta, Afonso Clara, a questão dos caminhos agrícolas, uma matéria realmente complicada de gerir no dia-a-dia, mas que, segundo o parecer jurídico que tinham da Associação Nacional de Freguesias e sobre uma situação que aconteceu no dia das eleições europeias, 26 de maio, salvo erro, estava a acontecer isso mesmo. Disse que alguns dos agricultores, não todos, e que no seu caso concreto em Ferrel, tem vindo a melhorar e muito. Mas alguns agricultores só não lavravam o caminho, porque não crescia lá a horta e toda a gente tapava regueiras nesta altura do inverno, para não ter água a mais, mas depois no verão andava toda a gente à procura da água e isto era uma questão que foi colocada numa outra altura em que falaram deste assunto. Concordou que as Juntas sozinhas não teriam hipótese, do ponto de vista dos equipamentos, para dar resposta àquilo que os caminhos precisam, nomeadamente do cilindro, da niveladora. No que toca à questão jurídica considerou que será preciso criar um código de posturas municipal, era preciso ir ver onde é que eles existem e adaptá-los à nossa realidade, referindo que a Lourinhã tem um que é bom, Óbidos tem um que é bom não sendo preciso inventar nada, apenas copiar o que estava bem feito. Sugeriu que, no que toca ao Código de Posturas Municipal, este pode envolver muitas outras questões como o caravanismo apesar de isso já ter um regulamento próprio.

**Presidente de Junta de Freguesia da Atouguia da Baleia, Afonso Clara (PSD):**

Pensou que a questão dos caminhos passava muito pela postura municipal.

Disse que pediu ao senhor Presidente de Junta da Lourinhã para lhe facultar o regulamento, mas que este lhe disse, na altura, que o mesmo estava em atualização. Disse que, eventualmente, adaptado à nossa realidade, porque cada caso era um caso, cada realidade é uma realidade podiam partir desse e adaptar um código à nossa realidade.

Era a única forma de moralizarem as questões porque depois, toda a gente ralhava e ninguém se entendia. Toda a gente ralha quando chove, quando os caminhos estão degradados, que os Presidentes da Junta não faziam caso nenhum, que eram todos uma cambada de malandros e, isso não era bem verdade, porque poderia ter muitos defeitos, mas se há um que não tem é o de não se preocupar. Afirmou que se preocupa muito com aquilo que faz, que gosta muito do que faz e era importante que se valorizasse para que não fosse o senhor Presidente de Junta o único a quem era apontado ao dedo nas horas difíceis. Reiterou que estava ao lado dos agricultores, que tem de ser ajudados, que devem ser apoiados, mas de uma forma razoável e de uma forma onde toda a gente se enquadre no regulamento para que todos se entendam. Disse que só assim é que as coisas podiam funcionar.

**FRANCISCO MENDES:**

Disse que a sua questão se prendia com os caminhos, que foi aqui falada pelo senhor Nuno Salvador e que já foi respondida, pelo que, não tinha mais nada a acrescentar.

**CARLOS MOTA:**

Desejou a todos os presentes boas festas e um próspero ano novo. O que o trouxe a esta Assembleia.

Disse que da última vez que esteve numa Assembleia Municipal, falou da âncora do Vilas e porque é um munícipe atento tem estado atento online às atas que não estão escritas e que um dia irão estar. Entretanto, disse que se falava tanto do Turismo e aquela âncora que dizia um pouco de respeito a todos os que ali viveram e a todos que lá irão viver e vai lutar para que aquela âncora seja ali reposta, porque se estava degradada, foi por não ter sido estimada e se não foi estimada, em muito se deve ao antigo Presidente da Junta de Freguesia, no seu ponto de vista, porque aquela âncora sempre foi preservada. Disse ter vindo à Assembleia falar da âncora e do estado da guarita. Qualquer turista que chegue ali, que largue a mão de uma criança, a criança cai da guarita, porque o técnico ou os serviços que lá foram, deveriam ter colocado qualquer coisa para recuperar a muralha. No mesmo local, também reparou que as letras que lá dizia que "*O progresso se deve à valentia dos pescadores*", mal se conseguem ler. Só esperava que o senhor Presidente tenha a ousadia de mandar escrever aquelas letras, porque usou uma bandeira de pescador e foi pescador e achou que como pescador, o senhor Presidente ao passar, e conhecia Peniche, tem que achar que os técnicos, às vezes, também falham. Disse que era penicheiro, via as delimitações todas na marginal Norte e agradeceu por isso. Disse que Peniche mudou e para melhor, que foi o primeiro cidadão desta terra a dizer que se via um brilho diferente em Peniche, ou seja, tinham um Presidente que não desprezava os munícipes, não tinha a mesma opinião do anterior Presidente. Disse que a delimitação de toda a Marginal Norte estava muito bem-feita, mas limitava tudo, porque estava a cinquenta centímetros da valeta, onde escorre água e tinham interesse em que circulassem pessoas por aquela Marginal, talvez num sítio ou noutra, ou então o projeto seria desistir da estrada e fazer ali uma circulação, porque tinham que aproveitar o potencial da nossa terra e quando se desgasta aqui o tempo dos autarcas, a falarem das suas opiniões, produziam muito pouco. Tudo se baseava em quadros de apoio comunitário e quando apareciam ideias, cortavam-se as ideias. Disse que nunca tinha

sido chamado a participar em tantas festas bonitas em que participou como munícipe, não como empresa, porque nunca teve o prestígio para mostrar ou fazer uma demonstração. Tinha que agradecer a esta autarquia, o facto de fazer um parque de estacionamento para deficientes, que durante este verão, teve para lá de mais quatro ou cinco empresas estacionadas e que até queriam um pouco mais, para pessoas idosas e isso era maior gratificante, também em termos da parte da Câmara, ou seja, repararem na atenção e não só no defeito, a prova disso, foi ter sido pela primeira vez, chamado a participar numa reunião para dar ideias, por causa do Natal, exprimiu uma ideia, que foi bastante valorizada e agradeceu o facto porque isso era demonstração de uma autarquia diferente, participativa, que participa com o público e nunca viu isso em Peniche e deu logo os seus parabéns, mas de facto, manifestou a criança que há em si. Manifestou uma ideia do Natal, onde não deu nenhuns aspetos técnicos e passados quinze dias, estava a ser cortada pela raiz, porque era muito caro. Disse que poderia ser um empresário mistério. Referiu que a senhora Vereadora Ana Petinga o vi na Câmara e obviamente que ia lá para falar, derivado ao facto de ver uns turistas a visitarem e a lerem o que tinham na parte de trás, no Doutor Bilhau, e a criança quase a cair. Isso no dia seguinte era motivo. Dizia-lhe respeito a si porque tinha interesses nesta terra, tem uma filha, e se estas são coisas insignificantes para a Assembleia, não deviam de ser, porque provavelmente se tivessem um empresário com a sua categoria no Cabo Carvoeiro, duas ou três pessoas não tinham lá morrido, porque não deixava ninguém lá ir para baixo, isto era verdade. Pediu desculpa se exagerou no tempo, mas era muito difícil, referindo que desconhecia que havia esta reunião, com tantos eventos que se partilha online, de várias formas.

**Ademar Marques (PSD):**

Agradeceu ao senhor Carlos Mota e a todas as pessoas que participaram.

Referiu que há pouco tempo leu a ata em que o senhor Carlos Mota falou da questão da muralha, da guarita e do pináculo que caiu e que ajudou a recuperar, pelo menos, parte dele. Disse que esperava que, de facto, que a questão da muralha venha a ser uma realidade, disse-o várias vezes e espera, realmente, que possa vir a ser uma realidade e nessa ata, viu e fez esse apelo, que fosse verificado o estado das outras guaritas, para que não viesse a acontecer o mesmo que aconteceu naquela, que fossem vedadas que fosse feita alguma coisa e fez suas palavras, as palavras do senhor Carlos Mota. De facto, disse que julgava que era fundamental que, por uma questão de segurança, por uma questão de salvaguarda do património, que se veja se as guaritas estão em condições de estarem acessíveis, e se não tiverem, arranjava-se uma maneira de as vedar e julgou que seria muito importante.

**Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP):**

Referiu que conhece o senhor Carlos Mota há muitos anos e como Presidente de Junta, ouviu-o muitas horas. Sobre a questão de dizer que não o recebeu disse que atendia toda a gente, às vezes juntam-se, vinte, trinta, quarenta, cinquenta pessoas, mas não mandava ninguém embora, nem sabia quem estava inscrito, normalmente e quem fazia a agenda, é que marcava.

Disse que em relação à guarita, que conhecia muito bem, que ainda há pouco tempo lá esteve e que estava exatamente como há cinquenta anos. Disse que todas as guaritas foram avaliadas, porque para se fazer a candidatura teve de se realizar esse

trabalho. Disse que ainda acreditava e só quando disserem que não aprovam a candidatura, é que deixaria de acreditar.

Afirmou que em relação à âncora não lhe compete dizer que a ancora está ou não em condições para ir para a rua outra vez. aos técnicos municipais que têm formação para isso. Disse que tinha era a esperança que se pudesse encontrar outra, porque aquela estava muito debilitada. Se o anterior Presidente de Junta da Freguesia foi o culpado, talvez tenha sido, porque se meteu em tanta coisa, podia ter-se metido em mais uma coisa da Câmara, meteu-se várias vezes em questões da Câmara e foi acusado disso. Disse que era daqueles que tinha pena que a âncora não estivesse lá, mas que esperava que aquela ou outra, possa ocupar aquele espaço, um espaço nobre que até vai ser intervencionado daqui a pouco tempo para melhorar o cantinho do Largo do Loureiro e não podia dizer mais do que isto.

Em relação à Marginal e aos limitadores, concorda que se possam criar melhores condições para circular, mas a primeira intervenção foi feita foi nesse sentido e aguarda-se a oportunidade para limpar por dentro, para criar caminho, como já houve. Disse que tinha a esperança de estar vivo quando a Marginal fosse deslocalizada e que que todos iam gostar e aproveitar do que é hoje a estrada transformada numa ciclovia e num calçadão, referindo que alguém disse nesta sala que seria o melhor calçadão e que assim espera que seja e que seja muito bem tratado e que o possam utilizar. Se for mais cedo do que mais tarde, melhor. Afirmou que neste momento está um projeto elaborado que se houver a oportunidade de submeter essa candidatura, mesmo que seja para ser concretizada por troços que vão fazê-lo, vão iniciá-lo. Disse que esperava que, pelo menos, aquela zona mais debilitada, a do Frei Rodrigo, se pudesse fazer uma parte, talvez entre o Texugo e os Remédios, referindo que era nesse sentido que se estava a trabalhar, sendo que já existe um alinhamento e o trabalho topográfico. Terminou considerando que se está a fazer um grande esforço.

**Presidente da Mesa, Américo Gonçalves (PS):**

Referiu que uma senhora, que não quis fazer a intervenção, deixou um documento, que tinha que ver com a solicitação do asfaltamento da Travessa Vasco da Gama, em Ferrel, com, provavelmente, mais de cem assinaturas, e que depois o faria chegar ao senhor Presidente de Câmara.

**BRUNO OLIVEIRA:**

Afirmou que queria fazer um pedido ao senhor Presidente da Câmara e ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel. Informou que representava todos os seus vizinhos que o acompanhavam nesta comunicação e abaixo-assinados.

Disse que: *“Sou residente na Travessa do Cataló, em Ferrel e como já referi, resido nesta rua e o que nos move a fazer este abaixo-assinado, é o facto de na nossa rua, estar ainda em terra até às soleiras das nossas portas, não temos passeios pedonais, nem rua alcatroada. Há muitos anos que esperamos que o alcatrão chegue e esse dia nunca mais chega, por isso, vimos por este meio, pedir que olhem pela nossa necessidade, porque todos os anos pagamos IMI e pagamos todos os meses, os impostos que anexam à fatura da água, mas não queremos só pedir, estamos dispostos a contribuir. O ideal é esta rua ser uma rua como as outras e merecer alcatrão, mas se o mesmo não for possível pedimos, no mínimo, que nos forneçam os materiais e nós construímos os pluviais da rua e os pavimentos e pavimentamos a rua com pavet, dado que tem pouco transito automóvel. O*

*que começa a ser prejudicial para as nossas vidas, é o facto de inverno após inverno, termos de entrar com os pés cheios de lama para dentro das nossas casas."*

Desejou um bom Natal e boas festas a todos os presentes.

**Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):**

Referiu que tinha dito anteriormente que se fosse preciso emprestar a máquina ou lá ir com eles que iriam, mas que tinha o ponto dos asfaltamentos e que uma vez que não falou antes do público aproveitaria porque era a quarta vez que em Assembleias Municipais se fala dos asfaltamentos. Referiu que o senhor Presidente disse que ia aplicar alcatrão naquele ano, no ano anterior, mas aplicou em duas ruas na cidade, em Ferrel é que não e julga que na zona rural também não. Referiu que era suposto ter-se realizado uma reunião a 14 de agosto para falar dos asfaltamentos e que não se realizou e que toda a gente continuava a pagar os impostos, mas o alcatrão não chega lá e depois as pessoas pagam IMI, pagam as taxas na água, pagam os outros impostos todos e não viam nada. Disse que só queria recordar que a Câmara recebia à volta de seiscentos mil euros, se não estava em erro, de imposto único de circulação devia de teoricamente voltar em forma de asfalto ou coisa que o valha. Disse que em 2018 e em 2019, estavam a falar de 1,2 milhões de euros e nem metade deste dinheiro foi parar a Ferrel. Aproveitou para referir que, acerca da questão dos caminhos agrícolas, era verdade que cada vez estão piores, referindo que a niveladora, ultimamente, também não lá ia.

**Presidente de Junta de Freguesia da Atouguia da Baleia, Afonso Clara (PSD):**

Disse que conhecia bem a rua onde o senhor Bruno Oliveira mora, referindo que tudo aquilo que disse era pertinente. Quis dizer que os senhores do Casal da Fonte estavam numa situação idêntica à do senhor Bruno Oliveira. Têm várias casas, existem ali várias ruas, muitíssimos moradores que, de facto ano após ano, continuam à espera. Disse que enquanto as ruas e as estradas não estiverem arrançadas, não se devia aspirar a ter caminhos alcatroados. Disse que o Casal da Fonte e toda aquela zona que o envolve é um aglomerado de casas bastante significativo, com muita gente a habitar lá. Merecia, de facto, doravante, se olhe para aquele casal, para aquelas populações, para aquelas ruas, com a atenção que eles merecem. Não estava a dizer nada para agravar o que quer que fosse, não estava a dizer nada para o senhor Presidente, estava apenas a falar para que o senhor Presidente e todos presentes comecem a perceber isto. Obviamente que este é um problema que nos transcende, mas que ano após ano se esperava que houvesse um milagre e o milagre não acontecia, mas eles mereciam-no. Afirmou que não estava a ser simpático, não estava numa sessão de cortesias, mas que raciocinando e ouvindo os comentários, não podia deixar de perceber que mereciam, tal como os outros, viver em casas em ruas onde o alcatrão chegue à porta.

Referiu que a senhora Deputada Mariana se ofereceu para podar as árvores na escola da Ribafria. Considerou ser oportuno dizer à senhora Deputada Mariana que as poderia podar e até dava um grande jeito à Junta. Disse que já que estava a ser generosa, achou que devia aproveitar.

Relativamente às escolas disse que havia uma questão, uma zona cinzenta, na relação entre a Junta e a Câmara, relativamente às escolas. Disse que Escola Primária dos Casais de Mestre Mendo e tudo aquilo que a envolvia, era uma miséria, uma desgraça, não tinha aspeto nenhum. Referiu que a Escola da Ribafria, de facto, também precisava de ser intervencionada. Admitiu que as árvores estão por podar porque ainda não chegaram lá. Tal como a Ribafria também a Escola de São Bernardino há quinze dias,

mandou também dar um arranjo no átrio, que estava meio abandonado ou semiabandonado, mas não tinha permissão ou autoridade para fazer qualquer tipo de trabalho no átrio das escolas. Eram rigorosamente proibidos pela Câmara, de fazerem qualquer tipo de limpeza no átrio das escolas e não sabia porquê, esta era a realidade. Não sabe como se passa nas outras freguesias. Disse que a realidade, de facto, era outra e nesse aspeto, não tinham essa situação colocada, mas havia ali uma zona cinzenta que tinha de ser clarificada, porque a Junta, de alguma forma, fica à espera da Câmara, a Câmara fica à espera da Junta e depois existe alguma degradação nos átrios das escolas e inclusive, nos edifícios. Considerou que de devia olhar para isso com olhos de ver, porque as escolas são equipamentos que devem ser preservados e olhar por eles de forma a que, possam ser utilizados, para tentar encontrar uma solução para os utilizar. Há dias, foi questionado por pessoas de São Bernardino que lhe pediram uma reunião para perceber o que se podia fazer, relativamente à escola de São Bernardino. Era óbvio que essas decisões não competiam à Junta de Freguesia, mas depois, naturalmente em função dessa reunião, remeterão para a Câmara, o teor das conversas que existirem, de forma a que se dê cabimento, numa procura de solução. Acrescentou que o equipamento de São Bernardino é um equipamento recente, que ainda estava em muito bom estado e que, por isso, deve ser preservado e posto ao serviço de quem de direito, permitindo que a Junta tenha uma opinião, mas sobretudo, que a Câmara tenha uma decisão, que a entregue ou que dê utilização àquele equipamento, que bem o merece.

**Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):**

Para acabar a questão do senhor Presidente de Junta, Afonso Clara, para reforçar que não existe uma zona cinzenta entre a Câmara e a Junta, pelo menos, não “*punha a foice*” na Atouguia, mas em Ferrel. Não era uma zona cinzenta, era competência da Câmara, mas era a Junta que lá ia, no que toca ao pátio da escola e da limpeza, e aí, nem era cinzenta, era clarinho, que acontece assim, pelo menos, no caso de Ferrel.

Referiu que, relativamente à questão dos asphaltamentos, a senhora Ana, lhe mostrou um abaixo assinado que deixou, da Travessa Vasco da Gama, que era só a primeira das prioridades da lista que entregaram há mais de um ano na Câmara, e principalmente, dar os parabéns à senhora Ana por estar presente, porque têm dito às pessoas, que têm que começar a vir à Assembleia, porque talvez assim tenham mais resultados, mas a senhora Ana, desde sempre que aqui vinha, não era hoje a primeira vez, e talvez já em 2015 ou 2014, foi à Assembleia de freguesia de Ferrel colocar a questão do asphaltamento da sua rua, e talvez o EMI que pagou desde 2015 até agora, já desse para alcatroar a rua.

**Presidente da Mesa, Américo Gonçalves (PS):**

Informou que se iria retomar o ponto antes da ordem do dia.

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**APRECIACÃO DE OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO (CONTINUAÇÃO):**

A Assembleia Municipal continuou a apreciação do ponto em epígrafe, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

**Licínio Pereira (GCEPP):**



Disse que tinha um documento despretensioso e suave, elaborado pelos deputados do GCEPP, que lhe cumpria ler: *“Em nome do grupo de Cidadãos e Eleitores por Peniche, cumpre-me pôr em evidência, as principais linhas de ação do Executivo Municipal. Nestes dois anos de mandato, foram pautadas pela preocupação com as candidaturas a fundos comunitários, com a dinamização da revisão do Plano Diretor Municipal, com a implementação de melhorias no setor de Higiene e Limpeza e com forte investimento na ilha da Berlenga, cerca de 225.000 euros, e com a reorganização interna e simplificação de processos. A Educação, o Turismo e a Cultura são eixos de desenvolvimento que também mereceram atenção por parte do Executivo. Em matéria de Educação, foi revisto o regulamento de atividades de Acompanhamento e Apoio à Família, o chamado AAF e CAF. Foram implementados novos serviços de prolongamento e de refeições e criação do ATL inclusive, e também foram aplicadas medidas de promoção do sucesso educativo. Foram implementados novos eventos de promoção turística e cultural e ainda foi reeditado o Festival Sabores do Mar. A Cultura ganhou novas dinâmicas e é uma aposta clara na valorização do nosso património, como provam as diversas candidaturas já submetidas. Salientamos a assinatura do contrato local de segurança, o CLS, como medida para promover a segurança. Também de referir a distinção do Município, com a atribuição da marca de entidade empregadora inclusiva e ainda, coma criação do Gabinete “Cuidar Melhor”, único Gabinete do tipo na zona Oeste. Tendo em consideração, a necessidade de investimentos para o concelho e sendo as candidaturas aos Fundos Comunitários, preponderantes para concretizar uma estratégia de desenvolvimento e valorização do território, permitam dar ênfase às mesmas. Foi iniciado o anteprojecto da segunda fase de requalificação do Fosso das Muralhas de Peniche, nomeadamente a fase de requalificação da Rua da Ponte Velha. Foi alterado o projecto de arquitetura do Centro Cívico e Interjuncional, antiga Central Eléctrica, mantendo a sua funcionalidade de índole cultural. A candidatura do Centro Escolar da Atouguia da Baleia, que se encontrava em execução, com diversas deficiências a nível do projecto, foi corrigida. A candidatura para a ligação pedonal/ciclável, do Parque Urbano ao Casal da Vala, foi alterada e reforçada financeiramente. Foram ainda submetidas novas candidaturas, as candidaturas à musealização do sítio Arqueológico do Morraçal da Ajuda, para a valorização paisagística do depósito funerário da catástrofe do naufrágio do navio São Pedro de Alcântara, para a revalidação das muralhas de Peniche, para a recuperação ambiental do Cordão do Nara, da baía norte, praias, Cova de Alfarroba, Baía e Baleal Campismo, já foram aprovadas. A candidatura para a estabilização da arriba do Porto da Areia Sul estava em fase de aprovação. A candidatura para a rota turística “Voltas do Mar”, está submetida, assim como para a recuperação da Barca “Júdice Fialho”, e a candidatura ao fundo ambiental, proposto pelo Governo, para a aquisição de duas viaturas eléctricas. Também já foi submetido a candidatura, destinada a participar a realização de vinte de dois estágios profissionais na Administração Local, o PEPAL, e já está em fase de implementação, a candidatura do “Wi-Fi For EU”, também ela apresentada e aprovada durante o actual mandato. Também durante o actual mandato, foi constituída a Associação SmartOcean, cuja candidatura foi submetida e aguarda aprovação. 13 de dezembro de 2019. Peniche”.*

**Henrique Estrelinha (PS):**

Disse que não sabia se o senhor Presidente da Câmara tinha conhecimento, mas que tem havido nalgumas noites de sábado, distúrbios provocados por pessoas devidamente identificadas, provenientes do acampamento de etnia cigana e que, nomeadamente, na Atouguia da Baleia, no início de novembro, provocaram alguns desacatos e danificaram algumas viaturas naquela vila. Além disso, têm-se registado algumas ameaças e tentativas de assalto, também de pessoas desse acampamento, na Rua Arquitecto Paulino Montês, junto à escola e existiam outros acontecimentos que os preocupavam. Obviamente que estava a falar destas pessoas, porque eram as que

estavam identificadas, poderia ser outra pessoa que não daquela comunidade e falou disto, não para criar alarme, mas para questionar o senhor Presidente da Câmara sobre a preocupação que era aquela chaga no centro da cidade, que é o acampamento de pessoas de etnia cigana. Referiu que no programa eleitoral do senhor Presidente da Câmara, a situação do acampamento de etnia cigana, era considerada uma prioridade, a verdade é que passado estes dois anos, não existia qualquer desenvolvimento para aquela situação.

Sobre o depósito de entulho que está junto aos armazéns do município, junto à Rodoviária, disse que era um péssimo cartaz turístico, muitos turistas chegam a Peniche, desembarcam no terminal rodoviário e deparam-se com aquela imagem de viaturas que já não são utilizadas, um monte enorme de entulho e depois, para se deslocarem para o centro da cidade, têm que passar por um passeio, que era tudo, menos um passeio e quando chovia era só água, portanto, com malas e tudo não era possível deslocar-se da melhor forma para o centro da nossa cidade. Não era propriamente a melhor imagem que se estava a passar para quem nos visita.

Disse ter recebido o ficheiro que solicitou numa das anteriores Assembleias Municipais, sobre as dívidas ao Município e as concessões do Município e verificou que existem dívidas avultadas de algumas pessoas, nomeadamente na habitação social. Disse que existia, por exemplo, um titular de uma habitação social que devia catorze euros ao Município. Tinham por exemplo, uma dívida de um grande grupo hoteleiro, da taxa de recolha de resíduos sólidos, de vinte mil euros e somando todas estas dívidas, chegavam a um valor de seiscentos e quarenta e quatro mil euros. Relativamente às concessões do Município há quatro espaços no Bairro da Prageira que o contrato terminou a 30 de junho de 2008 e, pelo que percebeu, referindo que o documento não era muito claro nisso, desde 30 de junho de 2008 que o Município não recebia qualquer valor daqueles espaços. Disse que o Restaurante a Nau dos Corvos tem uma dívida de trinta mil euros e perguntou, relativamente a este assunto do restaurante se estava a ser paga e se não estava a ser paga e o que se vai fazer relativamente a isto. Também verificou que o espaço do Sportágua, que existiam contratos até 30 de outubro, que terminou e que dava uma receita de dez mil euros por ano ao Município, era necessário fazer um novo procedimento para se fazer um novo contrato com o novo concessionário, perguntou se o senhor Presidente tinha em mente, para breve, o lançamento deste procedimento. Também verificou que existe uma parcela de terreno na Rua do Fialho, que pelo que percebeu, já estava desocupada, mas que o arrendatário não pagava desde janeiro de 2013, o que correspondia a oito mil euros de dívida, pelo que estava no documento. Questionou se ao final destes dois anos de mandato quais foram os procedimentos que o senhor Presidente colocou a decorrer ou pretende iniciar para recuperar toda esta receita que não estava a entrar para os cofres do Município e que, por exemplo, dava muito bem para reparar as estradas que aqui já falaram.

**Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse que o acampamento continuava a ser uma prioridade que já foi discutida com a Secretaria de Estado e que se espera, oportunamente, apresentar propostas que se entende que devem ser apresentadas ao Executivo Municipal e que se fosse um processo de fácil resolução teria sido resolvido anteriormente. Afirmou que estavam atrasados em relação a muita coisa neste concelho, infelizmente, também os serviços não tinham condições ou capacidade de resposta para aquilo que gostariam em todas as áreas, nomeadamente em algumas áreas técnicas, porque senão, havia coisas que estariam aceleradas. O que dependia de si diretamente e para o que não precisava de ninguém,

acelerava, mas quando era preciso outra pessoa tinha que jogar com aquilo que existe na casa esperava conseguir reorganizar esta casa como devia estar organizada há muitos anos, não podia dizer isto de outra maneira.

Relativamente aos entulhos, estiveram à espera que se fizesse o procedimento para irem tirar os entulhos, porque não podiam ir para o Porto da Areia Sul, como iam dantes, referindo que os nossos serviços foram despejando ali e agora tinham que pagar para serem levados para um aterro licenciado. Sobre a questão dos carros velhos, que já estiveram em vários lugares, disse que ainda hoje passou por lá e que era preciso fazer um procedimento. Disse que existiam muitos procedimentos que tinham a ver com os nossos serviços que já os reforçaram, mas não conseguiam fazer todos os procedimentos. Não estava a culpar ninguém, era as insuficiências que tinham.

Em relação às dívidas do Município, disse que a senhora Vereadora Ana Rita falará sobre a questão. Considerou que havia observações, nomeadamente em relação a algumas empresas, que tinha sido melhor não se referir publicamente, achou que poderiam ter evitado isso, bastaria referir os valores e percebiam. Em relação aos quatro espaços do Bairro da Prageira esses não são espaços municipais, são espaços de uma entidade, a qual também é proprietária do bairro e que, essa questão estava para clarificar. Afirmou que se tentou clarificar e resolver aquele problema e outros problemas anteriormente e continuavam a tentar. Informou que também colocaram essa questão, agora na descentralização de competências na área da Habitação Social, a ver se aquilo também vinha, porque senão, não a conseguiriam resolver, como outra questão, tal como com o Bairro dos Pescadores da Berlenga. São situações que nunca foram regularizadas como deveriam, mas que a Câmara estava a procurar tentar ajudar a resolver estas questões, que têm dezenas de anos, dentro das suas disponibilidades, porque às vezes, para ajudar outras entidades há trabalhos do Município que ficam para trás e, às vezes, tinham que se ter a coragem de dizer que não. Em relação aos projetos e processos, gostava muito de ter outra disponibilidade para as coisas arrancarem mais depressa.

Em relação ao Sportágua e o Taskareia vai ser colocada, mais uma vez, com uma proposta diferente, espera que ainda em janeiro, a discussão, mas talvez sejam coisas a mais em janeiro e depois ninguém conseguia fazer tudo de uma vez só.

Em relação à Nau dos Corvos, não sabia se a dívida era de trinta mil euros, porque não estava a ver o valor, mas sabia que já tinha sido mais. Disse que esta questão era uma herança de há muito tempo que, obviamente, estavam a tentar procurar resolvê-la e que até nem tinha muita esperança que se venha a resolver com facilidade, mas se não se resolver com facilidade a Câmara terá que tomar as decisões que tem que tomar nestes casos, era só isso, agora não valia a pena estar a puxar mais por essa situação, mas tentaram, a engenharia em relação ao aluguer daquele estabelecimento, foi nesse sentido e assim conseguiu-se recuperar algum dinheiro. Afirmou que o que mais o preocupava naquele momento era a decisão que a Câmara terá que tomar em relação ao edifício, que está avaliado. A estrutura rochosa não estava avaliada, estava contratada, mas há entidades que não é fácil convencê-las a vir fazer os serviços rapidamente, senão já estava feito há sete, oito, nove ou dez meses e só há pouco mais de um mês é que lhes disseram que era o valor que tinham de pagar. Acrescentou que ninguém lhes pediu, mas por acaso entendeu que devia ser feito. Informou que um dia depois de almoço pediu ao senhor Presidente de Junta de Freguesia da Atouguia para irem ver duas pontes que eram entre a Ribafria e o Paço, confessou que ficou preocupado e que aquela era uma pequena ponte e que aí tomou a decisão de fazer a avaliação das "obras de arte", que são as pontes deste concelho e o trabalho estava feito, já os alertaram para um caso em concreto, em que vão

ter que fazer uma ponte nova. Mas essa avaliação também durou meses. Gostavam que tivesse tudo certinho, mas, pelo menos, que se tivesse consciência daquilo que é preciso fazer, pelo menos isso. Não pretendemos abdicar de investimentos que possibilitem uma melhor qualidade de vida à população e outros que resolvem ou que nos permitam começar a pensar numa organização diferente da que existe.

Em relação aos asfaltamentos, disse que também era uma questão de dinheiro porque a exigência é muita e tinham que fazer dinheiro, porque também não queriam abdicar de outros investimentos que permitam melhor qualidade à população e outros que resolvem, ou que pelo menos, que lhes permitem começar a pensar terem uma organização, uma gestão diferente daquela que tinham, não podiam abdicar, tinham que fazer tudo ao mesmo tempo, têm estado a fazer, perguntando quem mais do que o próprio gostaria que o asfalto tivesse todo feito. Para si, tinha pensado que já o ano passado tinham começado a outras velocidades, não conseguiam. Disse que talvez cometeu alguns erros, mas a freguesia de Ferrel também teve asfaltamento no Sol Village I, podia não ter sido a vontade do senhor Presidente de Junta, mas é Ferrel.

**Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):**

Referiu que não disse que a Freguesia de Ferrel não tinha tido asfaltamentos, o que disse foi que a Vila não tinha tido e quanto ao Sol Village I, não foi aquilo que o senhor Presidente de Junta queria porque havia outras à frente e enquanto houver soleiras à frente de caminhos, que são ruas, em que há pessoas com mobilidade reduzida que tem que entrar para dentro de casa com lama isso é que era um drama, em alguns casos, e não estava a falar em nenhum destes dois casos, havia outros em que as pessoas não têm carro, porque têm dificuldades financeiras, têm mobilidade reduzida, vivem sozinhas e saem da lama para dentro de casa e ali, nem há trinta anos mas há mais, que não levava alcatrão e é no meio da vila.

Disse que a bancada tinha pedido a lista do valor de IMI recebido pela Câmara, por freguesia e ainda não lhes chegou. Pediam a mesma coisa da derrama, que também não lhes chegou e se não for possível obter, teriam de dizer, mas se for possível obter, disse para enviarem, porque já pediram há algum tempo.

Quis dar os parabéns à Câmara pela iluminação de Natal da cidade porque estava a melhorar de ano para ano e estava muito bom, mas referiu que continuava a não ir nem uma lâmpada, nem 1 euro para as freguesias rurais e o Natal só existe na cidade.

Relativamente às pinturas dos estacionamento e dos postes de iluminação, tornou a voltar a dar os parabéns porque os trabalhos que realizados foram bem feitos, na Avenida Monsenhor Bastos e na Avenida Paulo VI, mas reforçou que, no seu entender, antes de um poste de iluminação, estão as passadeiras que se prendem com a segurança de peões e a passadeira que existe em frente ao Jardim Infantil de Ferrel já não se via e quem não souber que estava ali aquela passadeira, passa em vão e não vai parar porque a passadeira não se via, porque além de haver muita confusão de carros, também não lá estava a passadeira que quase já desapareceu, além de muitas outras. Disse que no estacionamento do terreno onde se realiza a festa de Ferrel, todos os dias, cento e tal crianças saem a pé e aquilo, como não estava ordenado, era um perigo constante.

Relativamente às Autarquias sem glifosatos, disse que mandou no dia 8 de outubro, uma proposta que tomou a liberdade de pedir a uma empresa de maquinaria para dar resposta às ervas daninhas, sem pulverização. Como tinha dito também numa Assembleia anterior cerca de dez mil euros daria para, em certa medida, equipar as quatro Juntas e depois cada Junta tem que se equipar como conseguir, algumas já estavam

adiantadas, referindo que sabia que a senhora Presidente de Junta de Peniche, Teresa Lopes tinha uma máquina dessas, mas continuava a não ter resposta e gostava de perceber para que é o programa e porque se foi integrar esse programa ou quando entra em vigor, se há algum prazo. Disse que Ferrel é uma autarquia sem glifosatos e que se fartam de limpar, mas estava lá muita erva na mesma.

Pela terceira vez, trouxe o caso do *Wave Roler* na Praia da Azenhas ou Praia dos Peixes, na freguesia de Ferrel, Energia das Ondas, que é um consórcio finlandês de dez milhões de euros, que durante o Campeonato de Surf foi notícia várias vezes com o ex Presidente de Câmara, que devia saber onde estavam esses contratos. Disse que a população que se foi lá pôr à frente da outra empresa em 1976 e à frente da Guarda para não deixar prosseguir a Central Nuclear e agora estava lá a Energia das Ondas e muito bem, mas a freguesia não recebe nada e, portanto, era preciso que, e já estava a colocar a questão pela terceira vez, era tão só, e achou que até a própria Câmara devia receber alguma coisa, se não recebe, mas era tão só olharem para aquele contrato e tinha que haver uma solução, porque não podia estar ali um consórcio na sua terra, com dez milhões de euros e receberem zero.

Sobre o Regulamento Municipal de Licenciamento de Atividades de Campismo Ocasional e Caravanismo, e o Regulamento Municipal de Resíduos Sólidos, e esta estava a colocar pela segunda vez, gostava de saber se existiam autos relativamente às caravanas e se existiam autos relativamente ao despejo de monos, porque continua a haver, pelo concelho todo, nuns sítios mais que outros, muitos monos em todo o lado e em muitos casos era falta de civismo e tinha que começar a haver alguma fiscalização e a ter efeitos.

Ainda na parte de Higiene e Limpeza, também pela segunda vez, voltou a colocar a questão dos novos contentores e novos alertas que, na altura elogiou e continuava a elogiar porque achou que pelo menos nos sítios onde os via, os cinzentos tiveram um bom impacto, perguntando quando é que chegavam à zona rural, porque só havia na cidade.

Pela terceira vez, voltou a colocar a questão da Lusitânia Gás, que também era um assunto simples, referiu que era uma empresa privada, tem um terreno de utilidade pública, que foi votado na Assembleia, pôs a instalação de gás canalizado para meia dúzia de grandes empresas e agora, o “Zé Povinho” e as Instituições Particulares de Solidariedade Social não tinham acesso a gás canalizado que é mais barato, mas era menos rentável porque a empresa está associada à GALP e também lhe convinha vender botijas de gás, portanto, achou que o Município devia tomar uma posição relativamente a isto.

Relativamente ao Plano Diretor Municipal disse que fizeram uma carta há quase um mês com um conjunto de propostas concretas e espera que seja na segunda-feira que a equipa responda por escrito, porque enviaram por escrito e depois responder em reunião, achou que não era correto. Disse ao senhor Presidente que não concordava que tivessem que esperar pelas questões técnicas para discutir as questões políticas, até porque as questões políticas podiam poupar muito trabalho aos técnicos. Os técnicos podiam perder horas a prever uma situação que os políticos nunca vão aprovar e tinha lá algumas e achava que se poupava tempo.

Relativamente à questão da transferência de competências disse que: *“A Lei Quadro da transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais, aprova a Lei 50/2018, 16 de agosto. Prevê no seu Artigo 38, N.º2, as novas competências dos órgãos das freguesias a transferir pelos Municípios. No Decreto Lei 50/2009, 30 de abril, concretiza a transferência de competências previstas no Artigo 38, N.º2 daquele diploma. Assim, atendendo a*

que no Decreto Lei 57/2019, 30 de abril, entrou em vigor no dia 2 de maio de 2018 e que de acordo com o disposto N° 1, Artigo 5º, no prazo de noventa dias corridos após a entrada em vigor, a Câmara Municipal e cada uma das Juntas de Freguesia acordam a proposta para a transferência de recursos para as freguesias, com vista ao exercício das competências previstas no seu Artigo 2º, a qual deve conter indicação dos recursos humanos e/ou patrimoniais e/ou financeiros, que anualmente são transferidos para cada uma das freguesias, na decorrência da transferência das competências. Considerando ainda que, de acordo com o disposto no N°3, do Artigo 2 do mesmo Decreto Lei, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, pode deliberar manter, no âmbito da intervenção do Município, as competências referidas no N°1 deste mesmo artigo, no todo ou em parte, que se revelam indispensáveis para a gestão direta do Município e tenham natureza estruturante para o Município ou para a execução de missões de interesse geral e comum a toda ou a uma parte significativa do Município. No termo do disposto da Alínea A do Número 2, Artigo 25 do Regime Jurídico das Autarquias Locais, compete ainda à Assembleia Municipal, acompanhar e fiscalizar a atividade da Câmara Municipal, bem como apreciar a execução dos contratos de delegação de competências previstos na Alínea K do N°1 deste mesmo Artigo 25. Considerando ainda que a Junta de Freguesia de Ferrel já manifestou, junto do seu Presidente da Assembleia Municipal, junto do seu Presidente da Câmara Municipal, junto dos seus Vereadores, a sua disponibilidade para dar início às negociações dos termos e condições na concretização das competências em questão, desde a entrada em vigor da lei, foi Ferrel, a única Freguesia a dizer: "Queremos já mais competências, porque queremos trabalhar." Solicita-se por isso, que seja deliberado ou recomendada, ou como for possível, uma das três alternativas:

- O Presidente da Câmara Municipal deve agendar imediatamente o assunto para ser votado em sede de reunião de Câmara, porque já ultrapassou os prazos e quem quiser, que vote contra, mas ele deve ser votado na reunião de Câmara.

- Que os Vereadores, se assim for possível, agendem também, no imediato, o assunto para ser votado em sede de reunião de Câmara.

- Que seja convocada uma Assembleia Municipal Extraordinária até ao final do ano ou no início do próximo, para a discussão deste assunto.

Não sendo nossa intenção que este assunto seja resolvido de forma litigiosa, não podemos aceitar, nem a Junta, nem na nossa opinião, os Deputados Municipais, que o Presidente da Câmara, decida não agendar o assunto para a reunião de Câmara, não dê qualquer resposta à Junta de Freguesia, não marque qualquer reunião para discutir o assunto e mais grave, não podemos ficar impávidos e serenos, quando o Presidente da Câmara Municipal, pura e simplesmente, não cumpra a lei. Esta é uma questão que tal como o PDM, é votada pela Câmara e não pelo Presidente e, portanto, deve ser posta a votação, porque os prazos já estão esgotados." Sobre o assunto da transferência de competências, disse que recebeu e disponibilizou-lhe este documento e recebeu uma chamada do senhor Presidente da Junta da Freguesia da Serra d'El-Rei que foi para o Porto e, por isso, não pôde estar nesta Assembleia, mas que lhe pediu para transmitir que subscrevia esta posição.

Relativamente também ao assunto da Saúde que já foi aqui falado e não tinha os dados à mão, referiu apenas que no Município de Peniche, em 2015, havia onze mil e dezassete utentes sem médico de família e que em 2019, existiam dois mil setecentos e noventa e oito, portanto, menos quase oito mil utentes.

Referiu que o Centro de Saúde foi este ano objeto de uma grande intervenção e de conseqüente inauguração pela senhora Ministra da Saúde. Disse que o Governo anunciou contratar em 2020/2021, mais oito mil e quatrocentos profissionais de Saúde isto para não falar que no período da Troika porque, aí sim, podiam falar em degradação destes serviços. Referiu, ainda, que todos os anos, abrem dois concursos para a colocação

de Médicos especialistas e que este ano já decorreu e que serão colocados, previsivelmente, em março.

**Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP):**

Em relação à descentralização de competências, independentemente das propostas que foram feitas, recusou-se fazer uma proposta sem ser em consciência e recusou-se a fazer uma proposta para Ferrel e para a Serra d'El-Rei, em definitivo sem ter consciência do que isso representa para a Atouguia e o que representa para Peniche. Disse que era o conjunto da avaliação que vai decidir e se a maioria da vereação, referindo que podia votar sozinho, mas que se entendem que se dá um milhão às freguesias, davam um milhão às freguesias, mas pelo menos que o deixem trabalhar em consciência. Disse que neste momento, o técnico e a técnica que têm estado a trabalhar nessa área, têm o trabalho acabado e tinham o direito de confirmar todo um conjunto de dados. A partir do momento que isso tudo seja feito, reuniriam, mas estar a discutir politicamente e tomar decisões sem ter a consciência do que se está a decidir, nunca gostou de trabalhar assim e sinceramente, quem quiser, que trabalhe, mas que ele não o fazia.

Em relação ao Plano Diretor Municipal, disse que este não era respondido politicamente. A resposta à Junta de Freguesia estava feita, foi terminada ontem ou anteontem e esteve a vê-la naquela manhã e deu orientação para a fazer seguir para a Junta de freguesia de Ferrel. Disse que era uma questão técnica, não era uma questão política e o problema era que, às vezes, estava-se a discutir questões políticas sem se perceber primeiro a dimensão técnica e sem a discutir, portanto, tinham que a fazer, para ver qual é o enquadramento técnico e inclusive, as questões técnicas têm que ser primeiramente discutidas para depois tomar as decisões. Disse que o regulamento não foi discutido, não foram tomadas decisões e quando forem tomadas decisões, depois podiam fazer as ressalvas, as propostas, aquilo que entenderem. Admitiu que os políticos continuem e que tenham o direito de falar sobre questões técnicas, mas sentia-se mais confortável que fossem os técnicos a fazê-lo naquilo que não dominava.

Sobre as questões da Lusitânia Gás, disse que teria de ser avaliada, tal como a da outra empresa, mas são questões que foram tratadas a tempo, em tempo, que tinham que ver os contratos. Solicitou à senhora Vereadora Ana Rita Petinga, quando puder, para ver estas duas questões.

Em relação aos regulamentos disse que em termos jurídicos, em termos legais, estavam a ser trabalhados. Disse que um deles já esteve em discussão pública, os outros estavam praticamente prontos para ir a reunião de Câmara e vão ver se os conseguiam pôr a curto prazo.

**Presidente da Mesa, Américo Gonçalves (PS):**

Fez uma intervenção que tinha a ver com a transferência de competências, relacionado com o assunto que foi levantado. Referiu que na reunião ordinária de setembro, fez uma intervenção e disse que lhe parecia que havia uma freguesia que não fazia parte do concelho. Vieram a esta Assembleia Municipal, as posições que a Câmara tomou conjuntamente com as freguesias, do que vai fazer em relação às transferências de competências, referiu que o senhor Presidente, no documento que apresentou, disse que Peniche e a Atouguia da Baleia só assumiriam competências em 2021, que a Serra d'El-Rei estava disponível para receber competências a partir de 2020, em relação a Ferrel, nada se falou. Na segunda-feira seguinte, que era pública, referindo que ia a todas as reuniões públicas e afirmou que faltou a apenas uma reunião pública do mandato do

atual Presidente, estava presente em todas as reuniões públicas da Câmara Municipal. Levantou este problema na Câmara Municipal, sobre a transferência de competências e disse e voltou a dizer que esta Assembleia não tem competências, na sua opinião, para aprovar sobre aquilo que seja, em relação à Freguesia de Ferrel, tudo o que está legislado, foi ultrapassado, na sua opinião, e não era legislador. Em relação à Freguesia de Serra d'El-Rei, tudo foi ultrapassado, a não ser que o senhor Presidente consiga marcar uma reunião até ao dia 30 de dezembro, que julga que não ia a tempo. Na altura disse que se não havia condições para assumir transferências de competências, o melhor era trazer a esta Assembleia, a transferências de competências para 2021 para que, tecnicamente, fosse possível cumprir toda a legislação. Disse que estavam a falar em cumprimentos da Lei, da Legislação. Sabia que todos estes documentos saíram uns atrás dos outros, houve Juntas de Freguesia que quiseram, outras que não quiseram, com receio e até chamou à atenção que num concelho como o nosso, apenas com quatro freguesias e imaginava o que vai neste país, com concelhos que têm trinta e quarenta freguesias e concelhos com muito menos população que o nosso e há concelhos que assumiram só passarem para 2021 todas essas competências. Perguntou porque razão é que não se fez uma reunião com os Presidentes de Junta, chamando-lhes à atenção para aquilo que tecnicamente, seria possível, porque considera que quem vai à frente pode sair beneficiado. Acrescentou que teria de ser uma muito discutido e viu o que a Junta de Freguesia de Ferrel quis, mas que toda a gente conhecia, sabia o que a Serra d'El-Rei queria e até fez o comentário: *"Quando chegar à Atouguia da Baleia, que é maior que a cidade de Peniche, quero ver como é que é."* Achou que, em relação à transferências de competências haviam de se ter aconselhado, pedir a quem de direito, para ver o que vão fazer às transferências de competências, porque não se podia deixar isto para as calendas, senão chegar-se-á ao final do mandato sem cumprir a legislação. Era verdade que este órgão, era um órgão fiscalizador, mas também as coisas não chegaram a ele. Pediu para que não se esquecerem que o que chegou, estava a ser tratado, Ferrel nunca chegou e para a Câmara não existia Ferrel em transferências de competências e em relação à Serra d'El-Rei tinha algumas dúvidas. Pediu desculpa por ter que fazer este tipo de intervenção, mas era complicadíssimo, o Executivo não levou à Câmara Municipal estas questões e se não vierem à Assembleia Municipal, perguntou como é que se resolviam. Tinham uma lei para cumprir, não conseguiam cumprir a lei, nem na Câmara, nem na Assembleia e não podiam dar este tipo de desculpas. Se não há condições para resolver, o melhor era parar e refletir sobre este tipo de situação e achou que era isto que tinham de fazer.

**Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse que parecia que o senhor Presidente da Mesa não estava a acreditar que o trabalho estava a ser feito, mas que estava a ser feito, nomeadamente os levantamentos topográficos que têm de ser feitos. Disse que procurou, salvo erro, em junho, com os três Presidentes, mas com o senhor Presidente de Junta da Serra d'El-Rei não foi possível, e que os senhores Presidentes de Junta, Afonso Clara e Teresa Lopes aceitaram e o senhor Presidente de Junta de Ferrel, Pedro Barata, pareceu-lhe ter aceite, darem mais tempo à Câmara para fazer a avaliação, para fazer aquilo que está a ser feito. Até achou que era legítimo que quando acabassem de fazer esse trabalho pudessem conversar e que se tiver que haver retroativos para as Juntas de Freguesia não punha isso em causa. Achou que não era sério estarem a tomar decisões sem saber com profundidade o que isso representa. Sabiam que a Junta de Freguesia de Ferrel, referindo que o seu Presidente estava a dizer que não conhecia, mas conhecia esta circunstância, pediu mais nove



trabalhadores. Perguntou se Ferrel quer mais nove, quantos vais pedir a Atouguia, dezoito, trinta e a Freguesia de Peniche. Acrescentou que têm de ser avaliados. Disse que era preciso terem a oportunidade, com os dados em cima da mesa de conversarem todos, até achou que deviam ser as quatro Juntas de Freguesia com o Executivo Municipal e a Assembleia. Afirmou que não se devia perder esta oportunidade, porque se este trabalho for bem feito, em termos de transferências de competências e das áreas que cada um tem e os direitos que cada um tem, para a próxima quando houver necessidade de alterar alguma coisa, será só confirmar com as Juntas de Freguesias se mantinham aquelas áreas ou não, ou se acrescenta. Disse que pensa que a tendência será que as Juntas de Freguesias, se tiverem capacidade para isso, possam ir acrescentando mais competências e não tinha problema nenhum em defender isso porque sempre o defendeu. Disse que estar a decidir em função de uma proposta que, na sua opinião, não corresponde àquilo que deverá corresponder a distribuição das verbas pelas quatro freguesias, achou que não era justo e foi isso que chamou a atenção. Disse que se querem continuar a pressionar para tomar decisões, fazia-se uma proposta e decidia-se, mas que em seu entender não fazia proposta nenhuma sem total consciência, porque sabia, tinha alguma experiência e uma ideia do que isto podia apresentar.

**Presidente de Junta da Atouguia da Baleia, Afonso Clara (PSD):**

Disse que naturalmente, também tinha opinião voz neste assunto. Referiu que a realidade da freguesia de Ferrel ou da Serra, com todo o respeito que tinha por essas autarquias, não era comparável com a Freguesia da Atouguia da Baleia. Era muito fácil aceitar logo as transferências de competências para uma freguesia como a Serra d'El-Rei, por exemplo, bastava ver que quando se fala em pavimentações em Ferrel, fala-se em Ferrel, na Serra d'El-Rei, falava-se da Serra d'El-Rei na Atouguia podia falar em cinquenta ruas para alcatroar, sem falar na Atouguia da Baleia e era bom que tivessem essa consciência. Exemplificou com a Rua do Poço, em São Bernardino, que está uma desgraça é só cascalho por todo o lado, a Rua da Felicidade, na Bufarda, que era uma desgraça, parte da Rua do Carreirinho, na Bufarda, outra desgraça e não falou na Atouguia ainda e podia falar em N situações, o Casal da Fonte, etc., mas era preciso perceberem a realidade de cada um e não ia entrar aqui em leilões de mais cinquenta, ou mais quarenta, ou mais dez trabalhadores. Concordou que aquele era um assunto que tinha de ser tratado de forma séria entre todos. Disse que a Atouguia não podia, de forma alguma, aceitar as transferências de competências para este ano porque não tinha condições para isso, a realidade era completamente diferente. Disse que era muito fácil para os senhores Presidentes de Junta da Serra d'El-Rei e de Ferrel falarem, tinha o maior respeito por eles e não punha isso em questão, mas a Freguesia da Atouguia não tinha essas condições e já estava a trabalhar nesse sentido. Também pensou que vão ter calma e ser ponderados, que era aquilo que todos os verdadeiros autarcas deviam ser, e ter sensibilidade para tratar dos problemas. Afirmou que muito mais do que andar em disputas ou leilões, deviam ser sérios, tratar das coisas com seriedade, de forma equilibrada, sensata, terem todos sensatez, que era isso que pedia. Não estava e nem queria entrar em competição com ninguém, toda a gente merecia o maior respeito, mas achou que se calhar também estivessem a acelerar demais. Disse que era evidente que aqui não havia primeiros ou segundos, tinham que ser equilibrados. Disse que se queriam dar exemplos para as pessoas que estão lá fora, deviam ser equilibrados, sensatos e responsáveis.

**Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):**

Referiu que não falou de Peniche, nem da Atouguia, nem da Serra d'El-Rei, só disse que o senhor Presidente de Junta da Serra d'El-Rei estava de acordo com isto e que quando vinha falar pedia para todas e achou que estava a ser equilibrado. Disse que não se podia olhar para esta lei e dizer que esta lei estava mal feita e depois olhar para a lei dos Fundos de Financiamento das Freguesias, que também era a régua e esquadro só pela população, não viam mais nada, e aí, essa já pode servir para isto. Uma coisa não podia servir para a outra ou então tem que ser equilibrada e justa. Disse que as freguesias são todas diferentes, Ferrel também tinha mais coisas. Achou que não estava a ser nem desonesto, nem lhe faltava seriedade, nem tão pouco estava a ser irresponsável, Ferrel tinha que levar nove e a Atouguia se tiver que levar trinta, tem que levar trinta, esse é que era o princípio da descentralização. Disse que não tinham a noção da pressão turística que Ferrel sofre e não tinham noção porque não faziam como o próprio e, apesar de poderem ser muito entendidos, ninguém tinha mais noção do que o próprio. Perguntou se avaliaram quantos alojamentos locais abriram em Ferrel, de 2013 até 2018, referindo que cresceu de onze para trezentos e noventa e cinco, era isto tudo que tinha de ser avaliado. Disse que a bancada propôs, em abril de 2019, na Assembleia, uma Comissão de Avaliação para poupar trabalho à Câmara que foi aprovada por uma larga maioria e não fizeram caso nenhum, como não fizeram caso daquilo que mandaram para a transferência de competências, como não reuniram, como não lhes deram resposta. Referiu que o senhor Presidente da Câmara quando disse que falaram em junho, falou, mas nem falaram do que estava aceite e do que não estava aceite. Pediu que se estivesse errado em alguma coisa ou dissesse alguma coisa que seja mentira, lhe dissessem porque não tinham problema nenhum em assumir que errou, mas não lhe podiam pedir para ficar amordaçado por outras coisas, porque a lei saiu e queriam trabalhar e queriam ter as competências. Logicamente que, no seu caso, tinham a sua questão preparada, noutros casos se calhar não tinham, noutros casos não precisam, noutros casos não queriam, era legítimo, tanto era legítimo dizer que não quer, como era legítimo dizer que se quer, já sabiam do que precisavam e as coisas estavam preparadas e nesta Comissão que propuseram também disseram: *"2020, um cenário transitório"*, que era para não haver um impacto orçamental no orçamento da Câmara, para se poder avaliar as coisas com calma e depois, para em 2021 fazer o restante, mas nada é nada e não dar resposta ainda era pior e isso era inqualificável. Disse que depois da reunião extraordinária de Câmara do dia 18, em que veio o Executivo reunir com a Câmara Municipal, na segunda-feira seguinte, era o limite para mandar a proposta para a Assembleia de Freguesia, fizeram uma reunião de Junta Extraordinária porque tinha que ficar em ata e tinha que se mandar para a Assembleia de Freguesia, estavam tristes. Nunca pensaram que depois de uma reunião extraordinária com a Câmara não recebessem um telefonema ou um email sobre o assunto, ficaram mesmo desconsiderados, ficaram ofendidos, porque não perceberam. Referiu que senhor Presidente disse que não se importava de perder o mandato porque tem a sua vida resolvida, mas tinham que resolver a vida de muita gente. Disse que mandaram as propostas mais cedo que toda a gente e o senhor Presidente começou por dar resposta à Serra d'El-Rei sem dar resposta a Ferrel. Disse que não estava sozinho na Assembleia, que representava uma equipa que reunia consigo todos os meses, que também tem o mesmo sentimento relativamente a isto. Disse que isto era o princípio da descentralização. Na sua opinião, estava fora de questão, abdicarem para ir para 2021, estava fora de questão, a lei é clara, dizia que as Juntas definem se querem ou não as competências, disseram que queriam as competências e estavam disponíveis para

negociá-las, estavam disponíveis para se sentarem com a Câmara para meter uma pedra em cima do que já aconteceu e resolver o assunto e se não for assim, convidava os senhores Vereadores, neste caso, da oposição, a fazer com que o assunto seja votado na Câmara. Tinham que ter alguma resposta, tinham que ter algum fim para este assunto e agora, andar meses e meses à procura de respostas, a ter um trabalhão, para ajudar a Câmara, para serem sérios, com coisas sérias e depois chegar aqui e passam meses e não tem resposta, não conseguia passar por isto e não dizer nada.

**Vanda Duarte (GCEPP):**

Concordou com o senhor Deputado Ademar Marques, que deviam ser respeitados os tempos de bancada, porque era dado tempo de antena a vários Deputados, quase de horas, sem necessidade porque há mais pessoas a serem ouvidas, mas isto era só a sua opinião.

Quis responder ao senhor Deputado Henrique Estrelinha, relativamente às dívidas que apresentou. Disse que foi bom as tabelas terem chegado porque quando entraram na Câmara, viram valores consideráveis e quando o senhor Presidente dizia que a Câmara não estava arrumada ou que as coisas não estavam como era pensado, esse era um dos exemplos em como as coisas não estavam em condições.

Relativamente à Habitação Social disse que não são valores de um ano, nem de dois, nem de três, nem de quatro anos, são valores de há muitos anos. Foram feitos acordos com o antigo Executivo em que as pessoas estão vinte ou trinta anos a pagar essas mesmas dívidas, logo, para puderem fazer ordens de despejo, nos casos de as pessoas não estarem a cumprir, tinham de agir juridicamente, mas também tinham que ver o outro lado, porque essas pessoas vão ter uma ordem de despejo, e depois para onde iam morar. Disse que tinham pessoas a viver na rua, e não era só na rua, também havia pessoas com fome e outras situações e considera que isso tem que ser visto e analisado. Compreendeu que este dinheiro fazia muita falta à Câmara e aqui até podia ser uma ajuda para a Junta de Freguesia de Ferrel já que estava tão necessitada. Só quis dizer que esta situação, assim como as atualizações de rendas, também têm que ser feitas, só que tinha que se ter em conta as pessoas que vivem nestas habitações, os problemas sociais que delas advém e tudo era uma situação que tem que ser analisada. Relativamente aos valores disse que ninguém mais do que este Executivo gostaria de ver estas contas saldadas.

**Henrique Estrelinha (PS):**

Nunca referiu o despejo de pessoas das casas de Habitação Social, referindo que foi feita uma tentativa de acusação de que teria falado sobre isso. Nunca, nas suas palavras, até porque aquilo que foi a sua educação nunca o levaria a dizer uma coisa dessas ou a pensar uma coisa dessas. Perguntou se a senhora Deputada Vanda Ferreira respondeu pelo Executivo.

**Vanda Duarte (GCEPP):**

Disse que não respondeu pelo Executivo, respondeu enquanto Deputada, que é o seu papel. Disse não ter feito nenhuma acusação porque se assim fosse, então havia vários elementos nesta Assembleia que já fizeram várias acusações, nomeadamente na sua bancada.

**Henrique Estrelinha (PS):**

Disse que estava de consciência tranquila, não fez acusação nenhuma, era isso que queria esclarecer, ninguém quis colocar fora das casas, seja quem for.

**Vanda Duarte (GCEPP):**

Disse que também não gostava de ser mal interpretada.

**Tiago Gonçalves (PS):**

Ficou um pouco chocado de ter pertencido a esta Assembleia. Só se inscreveu e fazia esta intervenção, não que o senhor Presidente de Junta de Ferrel, Pedro Barata, precise de um advogado de defesa, coisa que nem sequer era, porque não está inscrito na Ordem dos Advogados. O que acontecia era que um político que coloca no seu programa eleitoral que quer assumir um determinado programa de descentralização de competências e que tem essa vontade e que quer preparar-se para tal, ser impedido de o fazer por outras questões que não lhe estão diretamente ligadas, achou que era uma coisa que o deixava um pouco perplexo. Nos dias em que correm, em que as pessoas pouco confiam na classe política, haver alguém que quer cumprir uma parte do seu programa e não lhe ser permitido esse cumprimento, parece-lhe um pouco estranho, era no mínimo, estranho. Percebeu que a descentralização tem que ter aqui um contexto de permitir que o concelho não possa ter várias velocidades, agora, também não podiam penalizar uma freguesia ou freguesias que sendo mais pequenas e sendo territórios com outras capacidades, a nível do seu Executivo e dos seus trabalhadores e do ponto de vista, também orçamental, não podiam penalizá-las pela velocidade em que outras, com maior carga, não conseguem acompanhar. Achou que isto tudo tinha de ser bem ponderado, ou seja, a Atouguia da Baleia que, de facto, é uma freguesia muito grande, tem muitos eleitores, tem também um orçamento maior e, portanto, também tem uma estrutura maior, portanto, não estando também em condições de acompanhar as demais, também não deve servir para obstaculizar o avanço das outras, isto também tem que se encontrar aqui um equilíbrio. Pensou que todos deviam puxar para que estas questões se resolvam, contendo todas as partes, respeitado os timings de uns e de outros e, portanto, era só este o apelo que fazia, para que se encontre aqui, uma solução de equilíbrio, que pensou que seria a coisa mais razoável neste contexto.

**Presidente de Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Afonso Clara (PSD):**

Disse que não andava ao despique com a Junta de Freguesia da Serra, nem com a Junta de Freguesia de Ferrel, primeiro ponto, nada de nada, como se diz na gíria. No segundo ponto, disse que a Junta de Freguesia também quer a descentralização de competências, naturalmente que quer, até porque, porventura, se há Junta de Freguesia que está neste momento a ser prejudicada relativamente a isso era a Junta de Atouguia da Baleia, mas claramente, mormente nos espaços verdes, estava a ser prejudicada nesse sentido. Disse que foi um assunto que caiu de repente e era evidente que, se calhar, havia Juntas que tinham outros privilégios, de conhecimentos ao contrário de outras, já tinham porventura a máquina lubrificada porque a estrutura partidária se calhar até as ajudava, e a coisa era diferente. Disse que não era uma questão de vontade política, não havia tempo tecnicamente para a Junta de Freguesia da Atouguia, não era uma questão de uma ou duas velocidades, aqui as velocidades são todas iguais, felizmente ainda se considerava um autarca capaz e responsável para discutir estes assuntos. Disse que a lei saiu de repente, abruptamente e a Junta de Freguesia da Atouguia nem sequer estava preparada para isso, não tinha condições para discutir isso, agora, naturalmente que se

se mostrou disponível para iniciar as conversações, estavam a trabalhar nesse sentido e com tudo a seu tempo, com sensatez, tudo se conseguia, agora, havia uma coisa de que as pessoas estavam à espera dos autarcas, que era a responsabilidade e a sensatez.

**Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):**

Achou muito bem aquilo que a senhora Deputada Vanda Ferreira propôs, sobre os tempos da bancada e até considerando que era dos que levava mais tempo, mas a questão foi que colocou umas seis ou sete questões e o senhor Presidente da Câmara respondeu a duas e depois, algumas já vinham aqui pela terceira vez, tinham de regressar e depois era preciso tempo, porque vão ficando por responder.

Disse que não tinha razão de queixa de ninguém, mas tudo aquilo que colocou, enquanto Presidente de Junta à senhora Deputada Vanda Duarte foi resolvido rapidamente, por isso e porque tinham necessidade de dinheiro, vai mandar-lhe, já na próxima semana, uma dívida que a Câmara teimava em responder, para ver se conseguiam resolver por aí.

Disse que estava de acordo com o senhor Presidente de Junta da Atouguia da Baleia, Afonso Clara. Achou que nos atuais contratos a freguesia mais prejudicada era a Atouguia da Baleia. Não estava contra ninguém, era a sua opinião e também achou que sim, apesar de se sentir muito prejudicado, achou que a mais prejudicada ainda, era a freguesia da Atouguia da Baleia, sem dúvida nenhuma.

**Carlos Policarpo (GCEPP):**

Fez um pequeno aparte com o senhor Deputado Henrique Estrelinha, na questão das rendas. Disse que não via como é que se podia cobrar dívidas de rendas sociais que não vão resultar no despejo das pessoas que lá estão. Sabia que o senhor Deputado não insinuou que queria despejar as pessoas, mas não via muito bem como é que conseguia conciliar as duas coisas.

**Presidente da Mesa, Américo Gonçalves (PS):**

Informou que se vai dar início à Ordem de Trabalhos.

Solicitou aos líderes de bancada que a mesa propusesse uma reunião na primeira semana de janeiro, com os líderes de bancada e com os Presidentes de Junta para analisarem a legalidade ou não das transferências de competências. Como são o órgão fiscalizador, considerava que deviam tomar uma medida em relação a este assunto das transferências de competências. Propôs a primeira semana de janeiro e depois combinariam a data para tentarem resolver isto de uma vez por todas, se não, vão caminhar com mais uma Junta de Freguesia, provavelmente e certamente, sem saber para onde e achou que deviam ter que resolver esta situação.

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

**1) APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO:**

A Assembleia Municipal, em cumprimento da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apreciou a informação escrita do senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino, acerca da atividade do Município, bem como

da situação financeira do mesmo, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

**Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):**

Disse que a informação, na página 25 “*Estudo Urbanístico para a Ilha do Baleal*”, estava produzido e citou: “*Falta parecer da Junta de Freguesia*”. Referiu que deveria estar escrito “*Falta solicitar parecer à Junta de Freguesia*”.

**Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse que, tal como já tinha dito, havia um conjunto de projetos que estavam a terminar, que o senhor Arquiteto deve ter terminado e provavelmente ainda não pediram o parecer à Junta de Freguesia, mas ia ser pedido, de certeza, mas se não pediu, iam tomar nota e ver o que se passou.

**2) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO MUNICÍPIO DE PENICHE, PARA O ANO DE 2020:**

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do segundo ponto da ordem do dia, usaram da palavra os senhores adiante identificados:

**Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse que até tinha algumas considerações para fazer, mas que estavam espelhadas nas Grandes Opções do Plano e tinham muito a ver com a fase que se estava a atravessar. Acrescentou que vão ser dois anos muito exigentes e são mais exigentes com este tipo de discussões, naturalmente. Disse que se está com o Plano Diretor Municipal, com a descentralização de competências, algumas delas muito exigentes, a exigência das candidaturas, que alguns dos presentes não imaginam que é uma dor de cabeça permanente, nomeadamente para os técnicos que estão a acompanhá-las para ver se não são cometidos grandes erros. Quando começarem a ser executadas, obviamente que a exigência ainda será maior, porque são várias ao mesmo tempo e em termos financeiros à medida que se vai executando os empreiteiros vão começando a pedir os pagamentos. Disse que tinha algumas abordagens para fazer em várias áreas, e ainda pretendiam apresentar alguns projetos em que queriam apresentar candidaturas, mas a esta hora não era fácil e pensou que em termos de documento, estava apresentado.

**Mariana Rocha (CDU):**

Sobre as Grandes Opções do Plano, a bancada da CDU analisou e tinha a pronunciar o seguinte: “*As Grandes Opções do Plano para 2020 é mais do mesmo, um vazio de ideias novas e, sobretudo, uma completa ausência de visão estratégica e global para o concelho de Peniche. Não há propostas inovadoras que mereçam destaque, nem projetos de rutura que pronunciem grandes mudanças, apenas um enunciar de lugares comuns, alguns deles decalcados de documentos anteriores, muito aquém daquilo que seria necessário. Quando falta ideias e estratégias, a culpa é sempre dos outros. O argumento “estarem a arrumar a casa”, já não pega, porque dois anos e mais qualquer coisinha depois, para arrumar a casa, são mais que suficientes. Por isto tudo, as Grandes Opções do Plano não vão contar com o voto a favor da CDU.*”

**Carlos Policarpo (GCEPP):**

Disse que:

*“O Grupo de Cidadãos e Eleitores por Peniche reconhece que os próximos dois anos serão de uma grande exigência financeira para a concretização de todos os projetos candidatos a fundos europeus. Relativamente às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2020, congratulamos com:*

*Os investimentos que estão previstos em orçamento para desenvolver o processo de asfaltamento para todas as freguesias. Na freguesia de Ferrel, a obra de requalificação da Rua Nossa Senhora da Guia, o terminar do processo de aquisição de terrenos, com vista à construção do reservatório para abastecimento de água e a obra de ampliação do cemitério. Na freguesia da Atouguia da Baleia, está prevista em orçamento, a empreitada da Rua Principal da Bufarda, a recuperação da caixilharia do antigo edifício dos Vala e a requalificação da Rua D. Francisco Coutinho. Na freguesia de Serra d’El-Rei está previsto o apoio na construção de um parque temático na vila. Com o fornecimento de energia, através da instalação de um novo parque de painéis fotovoltaicos na Berlenga, intervenções de reabilitação e manutenção da Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos.*

*Congratulamo-nos também com a revitalização ou proteção e o Plano de Gestão do Pinhal Municipal, com as medidas e intervenções previstas para o Parque Municipal de Campismo e Caravanismo, tais como: a vedação da zona de autocaravanas de forma a aumentar a capacidade do parque, com a construção de uma rede de passadiços de circuitos pedonais e clicáveis ao longo do concelho.*

*Na Cultura, para além da implementação dos projetos decorrentes das candidaturas aos fundos comunitários, congratulamo-nos com a medida da criação do Conselho Municipal da Cultura e com o Processo do Inventário Nacional do Património Cultural e material das Rendas de Bilros de Peniche. Congratulamo-nos com a manutenção do Festival Sabores do Mar.*

*Na Ação Social é de salientar a criação da Carta Social do Concelho, a elaboração da estratégia local de habitação e a possibilidade de uma candidatura ao primeiro direito, programa de apoio ao acesso à habitação, a criação do cartão municipal especial de acesso, o projeto piloto com atletas de competição com o objetivo de proporcionar uma avaliação das necessidades de treino de competências psicológicas, o alargamento da prestação de cuidados de saúde primários na comunidade.*

*Congratulamo-nos com as medidas a desenvolver para Educação, a revisão da Carta Educativa, a criação de recursos e de um guia municipal de recursos educativos que possibilitem aos docentes, trabalhar o currículo, recorrendo às potencialidades de educadores do território, melhorar e equipar o parque informático das escolas do 1º Ciclo do concelho. As Grandes Opções do Plano para 2020, refletem uma gestão cuidada e de rigor, de objetividade e de foco nas prioridades e na realização de todos os projetos definidos nestes documentos.*

*Relativamente à recomendação de alterações à GOP para 2020, entregue pelo colega António Moniz, consideramos que foram sentidas como recomendações, mas não como alteração ou retificação no referido documento. Por tudo isto, o Grupo de Cidadãos e Eleitores por Peniche votará favoravelmente a GOP e Orçamento.”*

**Ademar Marques (PSD):**

Deixou uma nota de algum desalento e de alguma preocupação pela falta de rumo que estes documentos, as Grandes Opções do Plano sobretudo, evidenciam, sem qualquer resposta para as questões mais prementes do concelho, para a falta de investimento, para a falta de criação de emprego, para a ausência de estratégia para a Educação, enfim, na falta de horizonte. Este documento deveria ser, e já o dizia há muitos anos, não era novidade para quem o ouve na Assembleia há uns anos, que as Grandes Opções do Plano deviam ser um momento de planeamento e de antecipação para o ano que se inicia. Disse que em bom rigor, ler a Grandes Opções do Plano ou ler as

transcrições das respostas do senhor Presidente da Câmara nas últimas Assembleias Municipais não tinha grande diferença, ou seja, são proclamações com a mesma generalidade, com a mesma abstração da realidade e aqui, com a agravante de que a abstração vai ao ponto de não ter correspondência no orçamento, ou seja, proclama-se tudo e mais alguma coisa nas Grandes Opções do Plano e depois vai-se ao orçamento onde devia ter as verbas inscritas para fazer aquilo que se proclama na Grandes Opções do Plano e não estão lá previstas, ou se estão, estavam as rúbricas abertas, mas não estavam lá as verbas para executar. Depois, tinham a disparidade, tinham secções da Grandes Opções do Plano que vão quase ao ponto de dizer que é preciso mudar uma fechadura, a outras em que há uma total abstração e falta de ideias, referindo que não ia ler aqui, o segundo parágrafo, sobre o acampamento de etnia cigana que o senhor Deputado Henrique Estrelinha falou há pouco, porque era de *"bradar aos céus"*, que depois de dizer que tinha tantas ideias, vir justificar que durante quatro anos não vai precisar de ter ideias porque vai haver muitas coisas sempre importantes para também gerir. Aquilo que verificaram nestes dois anos, essencialmente, é o que resulta de mais importante deste documento, era que a despesa com funcionários municipais aumentou de seis milhões de euros para sete milhões e meio de euros, mas a capacidade de resposta não aumentou e há Câmaras com muito mais população e muito mais território do que Peniche, com menos funcionários e certamente não era porque os funcionários são melhores do que os nossos e, portanto, falta orientação, falta capacidade de liderança, como explicação para que os resultados não sejam melhores e o problema não era só de agora, mas continuava, era aquilo em que havia alguma estranheza na intervenção inicial da senhora Deputada Mariana Rocha, com quem concordava, mas de facto, havia aqui, uma linha de continuidade, o que também não era de estranhar. Dito isto, também era preocupante, para além do aumento com os gastos com os funcionários, continuam também a aumentar os gastos com as empresas de contratação temporária e com as contratações de serviços externos, ou seja, todos os gastos estão a aumentar. Disse que havia uma outra preocupação que tem a ver com a fala de rigor, que não está demonstrada no orçamento, mas que resulta de uma outra circunstância, referindo que o orçamento para 2019, já vai quase na trigésima alteração na Câmara Municipal, ou seja, aquilo que é apresentado aqui em dezembro, depois é alterado trinta vezes durante o ano e, portanto, aquilo que aprovam na Assembleia Municipal, pouca relevância tem, porque é constantemente alterado, o que denota sobretudo, um fraco planeamento, que foi aquilo que começou por dizer que não havia. Não lhe pareceu que este orçamento seja tão grave como o do ano passado, no sentido em que o do ano passado é que deu uma machadada fatal na capacidade de resposta da Câmara, na capacidade de investimento porque o tornou totalmente dependente dos fundos comunitários, ou seja, ou há fundos comunitários ou a Câmara não tem capacidade de fazer, porque não tem capacidade de investimento, porque os seus recursos estão totalmente absorvidos pelos funcionários. Disse que havia uma outra questão que queria deixar bem clara, referindo que este era o terceiro orçamento que o senhor Presidente tem aprovado, era o seu orçamento, sem acolher as propostas dos vereadores da oposição, têm o seu orçamento e era o senhor Presidente da Câmara quem o gere e em dois anos quase tudo o que propôs na Câmara Municipal foi aprovado, com exceção de três propostas e portanto, não valia a pena continuar a dizer às pessoas com quem reúne, que não fazia mais porque não o deixavam e isso simplesmente não era verdade.

**Célia Martins (PSD):**



Disse que a sua intervenção vai ser, até porque o senhor Deputado Ademar Marques já fez uma abordagem geral, mais dirigida e vai destacar alguns temas. Em primeiro lugar quis subscrever uma das preocupações mencionadas no documento partilhado pelo senhor Deputado António Moniz, da bancada do Grupo de Cidadãos e Eleitores por Peniche, porque de facto, muitos estudos e projeções demonstram a vulnerabilidade do território e, por esse motivo, reforçava a importância de promover a adaptação local às alterações climáticas, apoiando a elaboração da estratégia municipal para este efeito e lamentou que não tivesse havido referências sobre a necessidade de elaboração deste plano nas Grandes Opções do Plano. Além dos objetivos associados à elaboração deste tipo de plano, também acreditava que a existência deste documento poderia ter uma importância crucial no futuro, para justificar a concessão de financiamento e ter acesso a instrumentos de execução para concretizar intervenções, bastava estarem um pouco atentos à Comunicação Social, aos programas e às políticas, ao nível da União Europeia, do programa do Governo e que já havia uma série de Municípios que já estavam a implementar, a pôr em prática a elaboração deste plano e diria que também tinham que seguir esta maré.

Sobre um outro assunto que também foi alvo da discussão no ano passado, lamentaram que o Plano Estratégico de Desenvolvimento não estivesse concluído porque seria essencial para perceberem qual a estratégia, os objetivos e as respetivas grandes opções nesta matéria. Disse que neste documento que vai hoje a votação, afirma-se que este Plano Estratégico já está concluído, mas continuavam a desconhecer as orientações que poderiam sustentar estas Grandes Opções do Plano.

Relativamente ao PDM, que já foi aqui discutido, é assumido nas Grandes Opções do Plano, que o procedimento de revisão vai ser concluído no próximo ano, mas as considerações realizadas são muito pouco esclarecedoras e objetivas quanto ao que falta fazer. Acrescentou que as considerações são, essencialmente, baseadas em problemas e condicionamentos. Não pôs em causa a dificuldade que era gerir a máquina, citando o documento: *“Por trás do município a ter dificuldades em gerir um território, mas os argumentos utilizados pela morosidade do processo, são condicionantes que todos os Presidentes de Câmara de todo o país, também lidam.”* Disse que enquanto membro da Assembleia Municipal e até como município, gostaria de ter acesso a mais elementos, conhecer ações que faltam para dar resposta às situações que ainda estão pendentes acerca deste processo e não apenas um listar de problemas como está citado no documento.

Subscreveu as intervenções, tanto do seu líder de bancada como a do senhor Presidente de Junta, Pedro Barata, relativamente à necessidade de mais partilha, de mais discussão, de mais transparência e, acrescentou ainda, a necessidade de concertação de interesses, que é uma grande lacuna.

Disse que da leitura das Grandes Opções do Plano, disse que um dos grandes problemas mais citados está relacionado com a morosidade dos processos, da capacidade de resposta dos serviços, da gestão dos Recursos Humanos, tanto ao nível da falta de recursos, para não falar também da falta de motivação que é referenciada mais do que uma vez. Retirou das Grandes Opções do Plano, que em termos de proposta, havia a tal revisão do organograma, com a reestruturação dos serviços e contratação de mais pessoal, e como já foi dito no passado, um bom serviço nem sempre requer mais pessoas. Achou que para ajudar a resolver uma parte destes problemas relativos à gestão dos processos e dos Recursos Humanos, não restavam dúvidas, que havia uma necessidade e uma urgência em implementar um processo de modernização administrativa, até porque era reconhecido que a gestão da informação era um instrumento básico de trabalho para

qualquer tipo de organização e isso também se refletia ao nível da produtividade. Retirando uma das medidas que estão mencionadas na Grandes Opções do Plano, falava-se para a Gestão Urbanística, a implementação do programa “No Paper”, que concordou, mas achou, até porque era uma coisa citada tantas vezes, era muito pouco ambicioso, porque esta medida tem de ser transversal a toda a lógica de funcionamento do Município e, por isso, achou que se devia de investir num sistema de gestão documental, num sistema de gestão de processos, que deve ser feito à medida dos serviços e também face às exigências presentes e futuras, nomeadamente no que concerne à questão das novas competências e infelizmente não via listar esta prioridade no conjunto de candidaturas que se quer em carteira para obter apoios comunitários, mas mesmo sem obter apoios comunitários, porque esta rubrica existia no anterior Quadro de Referência Estratégico Nacional e muitos municípios, inclusivamente do Oeste, investiram neste sistema, não sabia se agora, se haveria rúbricas para isso, mas independentemente disso, o Município deveria avançar para um sistema destes porque isto era um investimento, não pode ser visto como uma despesa e tem que ser complementado com serviços de atendimento, aplicações de informação que apoiam o munícipe. Disse que se falou de tanta coisa dos caminhos, ou porque havia um semáforo que trabalhava ou era porque a rua tinha buracos, isto como uma aplicação, a sua rua também, tornava a população mais perto e o Município teria uma informação mais rápida. Sobre as vantagens deste sistema, para além da desburocratização dos procedimentos administrativos, porque isso também se traduziria num significativo salto qualitativo na prestação dos serviços do cidadão, por parte dos serviços, havia uma disponibilização de informação útil, não só aos utilizadores, mas também aos decisores, havia uma redução do tempo de resposta, um rastreamento dos processos e documentos, porque muitas vezes não se sabe onde é que estão os papéis, facilitaria também, a gestão do trabalho dos técnicos, para não falar também, do aumento da segurança, através do controlo do acesso à informação, isto traduz-se no aumento da eficácia, da eficiência dos serviços, a favor, não só da gestão autárquica, mas também a favor da comunidade.

Disse que a sua última questão, resultava de uma dúvida que surgiu da leitura das Grandes Opções do Plano e também vai ao encontro de uma intervenção que fez sobre esta matéria há um ano atrás, tinha a ver com a execução da construção das novas instalações do Centro de Recolha Oficial Animal, que está explícito que vai ser construído e que está previsto nas Grandes Opções do Plano de 2020, mas não referia onde. Por outro lado, relativamente ao ponto sobre a deslocalização dos armazéns municipais, que estão situados na Prageira, é dito que: *“Está em desenvolvimento, uma proposta de aquisição de armazéns, considerando, no entanto, necessária a proximidade da cidade.”* Também dizia que no futuro próximo: *“Possibilitar a transferência da primeira parte das áreas de apoio aos diversos serviços municipais para fora do perímetro da cidade.”* Disse que podia ser um problema de interpretação seu, mas pareceu-lhe haver aqui uma segunda deslocalização em cima da mesa e com base naquilo que o senhor Presidente chegou a referir, se não se enganava há um ano atrás nesta Assembleia, o Centro de Recolha Oficial Animal seria instalado nos atuais armazéns da Câmara Municipal, ou seja, na Prageira. Disse que existindo um projeto, uma candidatura aprovada, um investimento estimado de aproximadamente cem mil euros, gostava que a esclarecesse, porque parecia haver uma incongruência, se afinal a localização vai ser ali ou não.

**Henrique Estrelinha (PS):**

Disse que não ia falar do assunto, mas como o senhor Deputado António Moniz e o seu colega, o senhor Deputado Carlos Policarpo falou sobre a situação das recomendações que o colega enviou, perguntando se vão constar do texto final.

**Presidente da Mesa, Américo Gonçalves (PS):**

Disse que nas recomendações não podiam constar do texto final. Referiu que o senhor Deputado, na altura, no primeiro preâmbulo que faz, informava perfeitamente o artigo da lei e só poderia contar no texto final se as Grandes Opções do Plano caíssem e voltassem para trás, para tornar a colocar as alterações, caso contrário, não podia, a Assembleia não podia alterar.

**Henrique Estrelinha (PS):**

Disse ter ficado esclarecido. Relativamente às Grandes Opções do Plano e tendo em conta as horas e também tendo cuidado com as palavras para não haver interpretações erradas das suas palavras, da análise dos documentos disse que havia obviamente, um conjunto de boas intenções, para a bancada o PS, seria uma estratégia global para o concelho de Peniche. Há a previsão, efetivamente, de concretização de alguns projetos, de projetos que vem de trás que tiveram que ser modificados, como o senhor Presidente disse, que era preciso alterar algumas situações que não estavam tão corretas como deveriam estar, como era o caso da Biblioteca, o Morraçal da Ajuda, o espaço do Naufrágio. Recordou-se que foram feitas candidaturas no mandato anterior e vieram a esta Assembleia e que estes dois são projetos novos, são projetos completamente diferentes daqueles que foram apresentados no mandato anterior. Falou do Centro Escolar da Atouguia, a reabilitação do espaço envolvente dos bairros, que também vinham do mandato anterior, e a reabilitação do Forte da Consolação. Disse que havia uma intervenção importante, que seria realizada no próximo ano, que era a reabilitação da Muralha da cidade de Peniche, que era uma boa intervenção, mas depois, no que diz respeito à Educação, tinham algumas dúvidas porque, de facto, não existe a definição de uma estratégia integrada para combater aquilo que, por exemplo, era o insucesso escolar no nosso concelho, tinham aqui, alguns problemas sociais, que também conduzem a este insucesso escolar e era preciso encontrar aqui uma estratégia para combater isso. Obviamente que estava a ser construída uma nova Carta Educativa, mas essa Carta Educativa, não necessariamente, irá responder, no imediato, a esse problema. Disse que também era referido um Pavilhão Multiusos e concordaram que, de facto, era necessário haver um Pavilhão Multiusos para haver várias atividades culturais e até atividades ou provas de conhecimento internacional, questionando se o senhor Presidente estava realmente a preparar um projeto para o próximo quadro comunitário ou se mantinha a ideia de um modelo com os Bombeiros Voluntários de Peniche.

Relativamente à descentralização de competências disse que ficou a ideia, na bancada do Partido Socialista, que iria ser feita uma alteração do organograma do Município, mas não estavam aqui elencadas, as oportunidades que esta descentralização vem trazer para o Município, porque há oportunidades que se podiam ganhar com esta descentralização e que podia estar mais plasmada neste documento a estratégia que se pretende com a descentralização de competências para o Município.

Relativamente ao Orçamento Participativo, pensou que estava um pouco vago. Referiu que no ano passado fez a questão do Orçamento Participativo e o senhor Presidente respondeu-lhe na altura que: *“A ideia era fazer um novo regulamento no decorrer deste ano e que ainda este ano ia dobrar o Orçamento Participativo”*. Disse que se não estiver

em erro não se concretizou essa revisão do regulamento ou, pelo menos, não se apresentou essa revisão, se foi feita, e, portanto, ficavam mais um ano sem a aplicação do Orçamento Participativo no nosso concelho, ficando ainda também por implementar, algumas ideias que saíram premiadas no Orçamento Participativo de 2017, como era o caso do Parque Canino, tinha ideia que essa infraestrutura ainda não foi construída.

Relativamente aos dois principais setores do concelho que eram o Mar e a Agricultura ou as Pescas e Agricultura, mas falando em Mar e Agricultura, porque o mar envolve muito mais que as pescas, que são dois setores importantes de atividade no nosso concelho, referiu que o documento relativamente a estes dois temas estava pobre, tinha três ou quatro linhas, não existia mais do que isso, não sabia bem o que se pretendia.

Relativamente ao Associativismo disse que seria importante haver aqui, uma separação entre aquilo que é associações recreativas e movimentos culturais. Têm que se premiar aqueles movimentos culturais que têm trabalho desenvolvido e tem que se premiar o mérito desse mesmo trabalho, dos movimentos culturais e não misturar com as associações recreativas, que tem um outro âmbito, que não cultural.

Relativamente ao Orçamento, disse que havia rúbricas abertas de cem euros, perguntado se a intenção era fazer, era só abrir, para depois fazer nos anos seguintes, perguntando se havia intervenções para Ferrel. Disse que havia rúbricas de intervenções que eram de cem euros, o que não dava para nada. Não soube se era só um sinal e gostaria de saber.

Sobre um assunto que falou na última Assembleia e que gostaria de reforçar nesta Assembleia a questão de o senhor Presidente fazer questão de referir o edifício dos Paços do Conselho, um novo edifício, referindo que já lhe disse que esse era um pensamento ultrapassado, que hoje em dia se construíam cidades inteligentes, sustentáveis, que se revitalizam centros urbanos e centros históricos e que não se expandem as cidades, como se fazia antigamente. Acrescentou que em Peniche tinham uma má experiência, referindo que urbanisticamente ficaram um pouco deformados com as experiências que se fizeram noutros tempos. Reforçou mais uma vez, que seria importante revitalizar a zona histórica da cidade e não aumentar o caos e coisas menos agradáveis, à vista na nossa cidade.

**Tiago Gonçalves (PS):**

Sobre as Grandes Opções do Plano e nomeadamente, sobre a alteração da estrutura orgânica do Município, disse que as Grandes Opções do Plano têm uma referência e, no entanto, não existe qualquer indicação de uma proposta concreta ou do seu impacto financeiro. Gostava de pedir ao senhor Presidente que adiantasse nesta Assembleia, qual era a proposta em que estava a trabalhar, se tiver condições de o fazer e acreditava que nem sempre era possível por causa de alguns equilíbrios que são necessários encontrar, mas esta questão causava-lhe alguma preocupação porque nem sempre mais divisões, unidades orgânicas, significavam mais eficácia, ora porque não tem trabalhadores em número suficiente para haver espírito crítico e trabalho com maior eficiência, ora porque podem apenas significar uma valorização remuneratória e portanto, desvirtuar também todo o conceito de unidade orgânica para as quais são criadas.

Relativamente à Marginal Norte, disse que as Grandes Opções do Plano sinalizam que a deslocalização é uma prioridade a ser trabalhada desde os primeiros meses do mandato, perguntando que propostas estão a ser preparadas e se existe um cronograma fixado para que se terminem esses trabalhos técnicos.

Relativamente ao Mercado Municipal, disse que as Grandes Opções do Plano assinalam igualmente, que se realizará uma remodelação do Mercado Municipal, assim que os projetos necessários estejam concluídos. Uma vez que o documento se refere a esta matéria por duas vezes, uma das quais com o calendário de 2020, na página dezassete e outra sem qualquer calendário na página onze, impõe-se questionar qual era o calendário estabelecido para o efeito e qual é o compromisso do Executivo Camarário sobre este assunto.

Sobre relações institucionais e sendo este, um documento previsional estruturante que tem uma repercussão pública, era provado nos órgãos autárquicos, é publicitado no site da Autarquia, não podia deixar de referir que na página trinta e dois, são mencionados vários membros do Governo, com diversas imprecisões terminológicas e pareceu-lhes que devia existir a elaboração deste documento, na sua elaboração devia existir um trabalho mais atento nas referências que são colocadas.

Disse ao senhor Presidente e aos senhores Vereadores, que o entristecia particularmente ver nestas Grandes Opções do Plano e no que concerne à Agricultura, um setor estruturante da vida do nosso concelho, que a sua importância não estava devidamente refletida no documento, certos da importância que os produtos têm. No entanto, entenderam que a atuação da Câmara não se devia circunscrever ou limitar a afirmação sobre a Feira do setor agrícola ou sobre os produtos de qualidade que aqui são produzidos, e isso era um facto e eram reconhecidos nacional e internacionalmente, no entanto, cumpre dizer que por as Grandes Opções do Plano não terem ao longo do ano uma avaliação mais presente e periódica, leva a que este documento não passe de um conjunto de intenções, muitas vezes sem qualquer tipo de estruturação de prioridades e isto era uma acusação que podia ser feita a estas, como todas as outras que antecederam estas, e como tal, e porque este Executivo também só está em funções há dois anos, haverá sempre condições para no próximo ano, porque só terá mais uma oportunidade de fazer mais uma Grandes Opções do Plano, até ao final deste mandato, poder alterar, pelo menos, a filosofia da elaboração do documento.

**Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):**

Disse que o potencial de crescimento da Agricultura é imenso e que falar de uma feira que, ainda por cima, é de uma associação, que lhe parece francamente pouco para aquilo que a agricultura representa, nomeadamente na freguesia de Ferrel, como nas freguesias rurais, onde tem um impacto muito significativo na vida diária nas pessoas.

Relativamente à questão das Grandes Opções do Plano, na ligação às freguesias, referindo que no ano passado até se reconhecia algumas áreas em que as freguesias, no dia a dia faziam um bom serviço e a conclusão dizia: *“Que se pretendia a breve prazo, adaptar os contratos de execução e de competências, à realidade e à gestão da colaboração que tem sido desenvolvida”*, portanto, isto no ano passado, era para adaptar a breve prazo, portanto, já devia de haver uma ideia, mas não foi adaptado e agora, neste ano, prevê-se um aprofundamento da legislação em vigor, mas já vimos que, pelo menos, nos prazos, já não se vai a tempo de aprofundar a legislação e depois também, previa-se um aprofundamento das propostas da Junta, se isto for levado a cabo, vai de encontro a aquilo que queriam, referindo que estavam disponíveis para isso. Disse que na questão do texto e não podia deixar de reparar, até porque foi quem fez a proposta, havia uma questão que referia que: *“Devido a insuficiências técnicas, não foi possível dar resposta a algumas situações.”*, achou que devia passar para: *“Devido a insuficiências políticas”*, porque a Comissão foi proposta aqui, para dar esse apoio e nem foi instalada, nem reuniu e,

portanto, achou que ficava como era a realidade e dado que o texto era este, só queria perceber como é que o senhor Presidente, neste caso, nas Grandes Opções do Plano, pretende aprofundar a colaboração entre o Município e as Freguesias, como, quando e com o quê.

**Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP):**

Em relação ao valor para pessoal disse que não era uma forma facilitada que se fazem os ajustamentos. Afirmou que não se podem mandar embora uns quantos trabalhadores que não produzem ou que não se conseguem adaptar a certos serviços, ou porque não podiam trabalhar por várias razões, havia muitas situações dessas. Perguntou como é que se conciliava o facto de se estar a utilizar trabalhadores através dos programas ocupacionais dos Contrato Emprego - Inserção, onde se enquadraram setenta e tal, como é que se podia fazer isso sem lhes pagar, essa era uma das questões. Afirmou que se houvesse capacidade para os trabalhadores que estão contratados através das empresas, pudessem entrar através dos concursos já cá estariam, porque são muito mais baratos, o problema era chegar até aí, fazer os concursos. Informou que se está a reforçar o setor dos Recursos Humanos dois, porque não poderia ser feito de outra forma, porque há coisas que não são feitas sem pessoas competentes e sem pessoas com experiência para o fazer. Disse que, na sua opinião, se encontram numa fase de transição e provavelmente que com os efeitos desta transição poderão melhorar mais à frente, porque os ajustamentos estão a ser feitos, há pessoas que estão a sair o que permite que possam entrar técnicos. Disse que considera que, no futuro, a Câmara tem que ter mais técnicos, tem que ter capacidade e dizia isso mesmo aos Técnicos que fazem parte dos júris que escolham bem, porque às vezes não se escolhia bem e depois pagavam todos. Disse que se o Executivo Municipal aceitar a tal alteração ao organograma. Manifestou-se surpreendido com a questão do senhor Deputado Tiago Gonçalves, referindo que ainda ontem esteve com um Presidente de Câmara que vai passar para o dobro, quase todos estavam a fazer a sua reorganização neste momento. Disse que se entenderem que os Chefes de Divisão devem continuar subcarregados como estão era como entendessem, porque se a vereação entender chumbar propostas, chumba, obviamente que depois, terá o direito de dizer às pessoas com quem vai falando o que entender, mas isso era o normal.

Em relação às alterações climáticas, disse que está para adjudicar, ou foi adjudicado inclusive, o Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Oeste. Disse que os Presidentes de Câmara decidiram na Comunidade Intermunicipal do Oeste, que devia ser tentada essa solução e era nesse sentido que se ia ver se seria o suficiente ou se terá que haver algum estudo complementar.

Em relação às alterações e à modernização administrativa, não se tem dado muito ênfase nesse sentido, mas está-se a fazer. Informou que quando entrou, despachava em papel todos os dias e tinha uma parga de papel para despachar, mas neste momento despacha através do sistema digital, mesmo não sendo uma pessoa assumidamente fã dos computadores, mas estava feito. Acrescentou que as aplicações em que se está a trabalhar, uma delas estava a ser experimentada e quando a disponibilizarem será para toda a gente, pelo que tem que se ter consciência se há capacidade ou não para corresponder, senão, daqui a pouco, caía tudo em cima e não havia capacidade de resposta. Disse que estavam a trabalhar no "No-Paper" há mais de um ano e que na formação na Comunidade Intermunicipal do Oeste até lhes deram os parabéns, pela equipa que lá tiveram. Disse que faltava construir o resto, estava a ser construído e que espera que nos primeiros três ou quatro meses do próximo ano que entre em pleno, até

porque isso os ajudaria. Disse que vai mesmo em termos de comunicação vamos ter que responder, referiu que lhe disseram, com alguma razão, que não respondiam aos emails, não respondiam às cartas todas nem às questões que lhes colocam, mas era preciso recursos para isso e são centenas, informou que diariamente recebe, em média, duzentos emails e mais mensagens e os pendentes. Afirmou que se entrou numa onda em que tem de se arrear caminho e uma das coisas em que era preciso ter muito cuidado, e estava sempre a dizer isto aos nossos Técnicos, aos nossos responsáveis e à sua equipa, é que alguns dos emails não têm qualquer interesse de ir para o sistema, outros tinham que entrar no registo para se saber onde estão, para não se perder. Há muitos meses que já não se perdem. Acrescentou que havia muito menos papel e que até pode parecer um horror olhar para a Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística ver que em cada sala há imenso papel e dossiers de projetos e imaginar tudo aquilo sem papel, mas é isso que vai acontecer e foi ele próprio quem acabou por pressionar para que isso acontecesse. Confessou que teve que pressionar muito, que houve muitas resistências, mas estava de consciência tranquila e vai mesmo acontecer, neste e noutros lados, não é para si próprio é para todos.

Disse que a questão do Centro de Recolha Oficial Animal estava ligada à questão da aquisição dos armazéns. Disse que o Centro de Recolha Oficial Animal, quando foi aprovado foi com o propósito de ser feito na Prageira e foi aprovado com um voto de qualidade na última reunião de Câmara. Se a Assembleia Municipal, quando vier a proposta da aquisição dos armazéns entender que não deve aprovar, o Centro de Recolha Oficial Animal vai ser construído onde estão os armazéns e desistiria da outra ideia, neste momento, de desaparecer com os armazéns, o que achou que era uma oportunidade, mas discutiriam esse assunto quando vier a reunião. Acrescentou que tudo terá que levar uma pequena revolução, mesmo que o senhor Deputado Henrique Estrelinha diga que não, daqui a alguns anos, se calhar quando cá não estiver ele dirá que o senhor Presidente tinha razão, porque não há volta a dar. Sobre os armazéns, e achou que estavam todos de acordo, provavelmente o problema era ser o próprio a fazer porque se fosse outro, se calhar não havia problema nenhum. A questão era que os armazéns deviam sair dali para valorizar aquela área, para reordenar aquela área e aproveitar o potencial que ela tem, inclusive, já o disse e vai repetir que uma parte daquela área deve ser pensada para um estacionamento subterrâneo, mas isso vai ser discutido a seu tempo. Afirmou que há uma coisa em que não tinha dúvidas, nomeadamente que a cidade, em termos logísticos, precisa sempre de armazéns, em vários níveis, em termos dos stocks, do apoio à limpeza, do apoio aos jardins da cidade, para guardar alguns dos carros e por aí fora. Disse que parte substancial dos armazéns, na sua opinião, da área que deve ser utilizada, deveria ir para o Vale do Grou, se for possível negociar e que seja a Câmara a puxar a carroça, com a possibilidade de quando puxar essa carroça trazer outras empresas com ela, e já falou com algumas empresas, mas esse era o propósito, de levar outras empresas daqui e depois decidiam o que queriam fazer. A Câmara tem que fazer dinheiro, na sua opinião e havia uma parte da frente dos armazéns, virada as muralhas, que podia ser rentabilizada para fazer asfalto, para fazer equipamentos para dar às Juntas de Freguesia, para rentabilizar. Tinham que fazer dinheiro e tinham que também vender alguns dos nossos ativos e se calhar, tinham que a comprar e vender, achou que isso era a gestão, mas teriam que procurar vender bem e comprar bem que é o que os empresários procuravam fazer.

Em relação à Educação disse que vão ter que discutir a Carta Educativa no próximo ano. Mas para além do que foi referido hoje, estavam a fazer várias coisas. Neste

momento, estavam a fazer o balanço dos equipamentos tecnológicos nas escolas para ver onde, mesmo com as dificuldades todas, é que se pode ir reforçando, de uma forma progressiva, porque há escolas que estão muito pobrezinhas. Confessou que o Centro Escolar é uma mais valia para uma parte substancial dos nossos meninos e meninas da Atouguia da Baleia, mas que o arrelia, entristecia mesmo os outros que vão ficar naquelas escolas tristes. Pelo menos esses que ficam nas escolas mais tristes, que nem dão por isso, nós é que damos porque as comparamos, pelo menos esses, que possam ter melhores condições. Nesse sentido uma das coisas que têm estado a fazer, que começaram e não vão parar, mesmo com alguma resistência das Escolas que queriam que os nossos trabalhadores só fizessem essas obras nas férias o que não dava tempo, que é a substituição dos pisos com caruncho, velhos, indignos e, por isso, se está a passar os pisos todos para piso flutuante. Roma e Pavia não se fizeram num dia, e em seu entender está a fazer-se muito. Exemplificou com a Escola da Bufarda que, para além de ter algumas salas a precisar da substituição do piso, e não foi uma obra de há muitos anos, tinha as escadas e o hall de entrada cheios de caruncho e, portanto, essas coisas tinham que ser feitas, era básico. Afirmou que não se pode continuar a permitir que os nossos meninos ou que o senhor Vereador da Educação lhe telefone todo aflito ao domingo a dizer que recebeu informação da Escola Básica número 5 que havia miúdos que foram para o Urgências do Hospital, porque foram picados por bichos do caruncho. Tinha de se tomar uma decisão permanente e se for preciso cortar, não será aí que se cortaria. Terá de se pensar que escolas é que se quer em termos de futuro. É também a Carta Educativa. Disse que iam perguntar ao senhor Afonso Clara, particularmente, porque era o Presidente de Junta, mas a todos os outros também, porque toda a gente tem direito a opinar, se se faz outro Centro Escolar na Freguesia da Atouguia ou não, por exemplo. Tem de se perguntar o que se quer fazer em Ferrel, o que se vai fazer na Serra d'El-Rei e o que se pretende fazer na cidade, referindo que só estava a falar nos Jardins de Infância e Escolas Básicas de primeiro ciclo, não estava a falar, ainda, em berçários nem nas outras escolas. Perguntou o que se vai fazer na Escola D. Luís de Ataíde, referindo que disse o que entendia ao Diretor Regional. Disse que a Escola Secundária também tem alguns problemas e se vamos ficar com essa responsabilidade também terá que se tomar decisões e, portanto, isso é que era pensar a Educação, é discutir, é avaliar. Em relação à falta de aproveitamento, achou que "O aluno ao Centro" era uma boa experiência, mas o insucesso não será isso. Referiu que o senhor Professor Américo, que provavelmente era das pessoas mais experientes, em termos de Educação, na Escola Secundária, e porque já falaram sobre isso, diria que grande parte dos professores estão de saída, perguntando o que se estava a fazer e que peso é que isso tem na Educação dos nossos alunos, no sucesso ou insucesso. Disse que não tinha formação, mas não tinha medo nenhum de discutir a Educação porque, pelo menos, tem preocupações.

Relativamente ao Multiusos informou que os Bombeiros não desistiram do objetivo de construir um Multiusos. Disse que um dia destes, até por sugestão do senhor Vereador, vão convidar os corpos gerentes dos Bombeiros para virem falar com a Câmara. Todos terão que perceber, e não tinha ideias em relação a isso, havia uma proposta de solução, que não foi aprovada e respeitava e até admitiu que poderá haver outras melhores e se houver fundos comunitários, então seria o ideal, mas não sabia se existiria. Existe esse propósito, mas uma coisa tinha a certeza que é que Peniche precisa mesmo do Multiusos. Referiu que o senhor Deputado Henrique Estrelinha dizia que Peniche não precisava dos Paços dos Concelho, mas ele considera que precisa e se depois, discutirem em momento oportuno e em termos de engenharia financeira, se calhar,



depois, ficariam todos de acordo sabendo quais são as vantagens dos Paços dos Concelho. Disse mesmo que a maior parte dos trabalhadores da Câmara, dos técnicos e administrativos eram todos a favor, até porque sabe e conhece a forma como trabalham. Em termos de coordenação, em termos de funcionamento, mesmo para a população, um novo edifício seria muito melhor.

Relativamente ao organograma disse que não podia falar aqui porque estava na fase final e que será apresentado ao Executivo Municipal e aí, será decidido se é aquilo ou não, se é o atual estado de coisas se é outro, será como entenderem. Referiu que às vezes diziam que não era democrata, mas considerava-se muito democrata e tinha que aceitar as deliberações da maioria, mas depois podia interpretá-las como quisesse e tinha o direito de o fazer.

Sobre o Orçamento Participativo e em relação a aquilo que não foi concretizado, nomeadamente o parque canino, estava para 2020.

Disse que a descentralização é para ser feita em consciência e vão discutir isso e perceber quando apresentarem os números porque estava a insistir.

Em relação ao Mar e à Agricultura disse que o Mar é uma grande potencialidade, mas a pesca não sabia se será e quando dizia isto ao senhor Presidente anterior, nunca o quis assumir. Disse que conhecia um pouco de pesca e, infelizmente, isto tinha a ver com questões políticas nacionais, comunitárias e a gestão das empresas e ainda com o facto de não ser aliciante trabalhar sem receber salário, portanto, deveriam era estar a discutir uma estratégia para aguentar a pesca. Reiterou o tem dito publicamente, politicamente, na sua opinião, foi um erro estratégico e foi no tempo do senhor Pedro Passos Coelho, do Secretário de Estado que também conhecia muito das pescas, foi um erro dar autorizações e algumas pessoas estavam a ganhar muito dinheiro e não era contra eles ganhar dinheiro, os recursos marinhos é que sofriam, dar autorização para licenças de arrastões de pequeno porte, porque as embarcações de grande porte estavam lá fora, a seis milhas, os pequenos não, e estavam a dar cabo disto tudo e ninguém levanta a voz e já o disse e inclusive, perguntou como é que uma associação de pesca artesanal pode ter sócios de arrasto. Disse que estava tudo virado ao contrário e depois punham tudo em causa.

Em relação à agricultura, disse que o problema não era a relação nem a possibilidade da Câmara e dos autarcas discutirem com os agricultores, o problema era a sua organização e o que eles querem. Era como os pescadores e empresários da pesca, que normalmente são muito individualistas, as cooperativas de Pescas deram o que deram, as cooperativas de agricultura deram o que deram e as associações neste concelho, deram o que deram. Disse que o concelho está com uma grande potencialidade, muito mais do que se pensavam, em termos de agricultura, mas precisava de um pequeno toque e que se calhar, serão os jovens agricultores que o podem dar e era importante que se desse, mas não será o Presidente de Câmara que vai fazer isso, podiam ser todos, principalmente aqueles que têm mais proximidade. Disse que não era o Presidente de Câmara que percebia de couves, nem sequer da comercialização das couves e isso é que seria importante, referindo que o Move Peniche estava a fazer um esforço nesse sentido, mas não era suficiente, mesmo com a ajuda da Câmara.

Relativamente à Marginal Norte disse que uma proposta do anteprojeto de alinhamento vai a reunião de Câmara e o propósito é fazer todo o projeto e depois aguardar porque havia informações no sentido de haver a possibilidade de candidatar uma parte, seiscentos ou setecentos mil euros de um contato com o senhor Secretário de Estado do Ordenamento anterior. Acrescentou que a Agência Portuguesa do Ambiente também tem estado a ajudar.

Relativamente ao Mercado Municipal informou que se realizaram duas ou três reuniões, que estava a ser avaliado tecnicamente, que se estiveram a discutir algumas ideias para depois ver se os técnicos chegam a alguma conclusão para depois as levar a reunião de Câmara, mas não se recordava se foi durante aquela semana ou na semana anterior que estiveram a fazer isso.

**Célia Martins (PSD):**

Disse que não tinha dúvidas nenhuma, porque até foi uma coisa que o senhor Presidente já referiu muitas vezes, que a urgência da construção do Centro de Recolha Oficial Animal não seja uma prioridade também para si, mas aquilo que acabou de lhe responder não foi objetivo, pelo que, infelizmente, era obrigada a fazer este reparo, que havendo uma possível alteração da localização do Centro Oficial, havendo uma candidatura que foi aprovada, um projeto, perguntando se depois disso não ia ter influência. Referiu que o senhor Presidente falou na possível alteração da deslocalização dos armazéns, falou também na hipótese do Vale do Grou, estavam a falar de duas possíveis localizações, perguntando se refletia na questão deste Centro. Afirmou que continuava sem perceber se afinal vão gastar cem mil euros numas instalações que afinal vão ser provisórias e também pergunta o que se fez nos últimos dois anos para melhorar as condições, que já foi aqui dito também pelo senhor Presidente e por toda a gente, não havia dúvidas em relação a isso, sobre as condições em que os animais estão. Referiu que já aqui disse e já felicitou até o Município de outras ações que foram feitas ao nível da estratégia municipal relativamente aos animais, mas nas questões das condições físicas onde estão os animais ainda há muito para fazer e parecia que não havia aqui uma solução definida.

**Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP):**

Não podia dizer tudo até porque ainda era Presidente da Associação Protetora dos Animais de Peniche. Disse que ninguém quis ir para Presidente da Associação Protetora dos Animais de Peniche, portanto, a Associação Protetora dos Animais de Peniche vai desaparecer porque ninguém quis assumir, mas havia outra associação e podiam ajudar a outra associação. A questão era que houve muitos azares e a questão destes armazéns que foram para aquisição, para proposta, deviam ter sido aprovados há muitos meses e esse é que foi o atraso. Disse que foram acrescentadas boxes durante este ano e o ano anterior e estavam lá mais animais. Disse que a proposta tem que vir a reunião de Assembleia, se a Assembleia rejeitar a aquisição dos armazéns, as boxes são feitas no sítio onde estão hoje e o Centro de Recolha Oficial Animal vai ser feito onde está o atual armazém, mas se forem aprovados os novos armazéns, vai sugerir que sejam nos novos armazéns, era tão simples como isso.

**Célia Martins (PSD):**

A candidatura foi aprovada para aquele projeto e naquele local. Disse que não era arquiteta, nem engenheira, mas sabia como é que se faziam os projetos.

**Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse que o projeto é o mesmo, mas que a partir do momento que perceba que há algum risco, vai ser construído imediatamente.

**Deliberação n.º 69/2019:** Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por maioria, com nove (9) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (8), e do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Afonso Clara, eleito pelo Partido Social Democrata (1), e quinze (15) abstenções, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (7), pelo Partido Socialista (5) e pela Coligação Democrática Unitária (3), aprovar as Grandes Opções do Plano do Município de Peniche, para o ano de 2020.

**Mariana Rocha (CDU):**

Informou que a bancada da Coligação Democrática Unitária iria apresentar uma declaração de voto.

**3) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA OS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO DE PENICHE, PARA O ANO DE 2020:**

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do terceiro ponto da ordem do dia, usaram da palavra os senhores adiante identificados:

**Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):**

Disse que queria colocar duas questões concretas, porque pensou que o Orçamento de 2018 transformou-se ao longo do ano no orçamento da cidade de Peniche ou de uma segunda Junta de Peniche, porque foi muito concentrado na cidade e sendo isso legítimo não sendo isto nem uma acusação, nem uma crítica, mas uma constatação ou uma opinião disse que colocava a seguinte questão. O primeiro contrato de obra que propuseram foi a questão do Largo de Nossa Senhora da Guia, que necessitava de projeto, entretanto a Câmara avançou e já estava pronto. Estava previsto quinze mil euros em 2019 e agora, em 2020, são trinta. Uma vez que o projeto está feito e os contratos de obra podem ser celebrados a menos de cinquenta mil euros, se calhar, foi o primeiro que propuseram e depois, o senhor Presidente disse-lhes na reunião seguinte das Grandes Opções do Plano passados uns meses, que preferia que fosse a Câmara a fazer, mas se era menos de cinquenta mil euros a Junta tem condições para fazer com estes valores e se não concordar perguntava diretamente e concretamente se esta obra vai avançar, sim ou não em 2020. Perguntou também, uma vez que estava praticamente finalizada a questão do cemitério, referindo que o projeto estava feito se a obra vai iniciar em 2020, sim ou não. Eram só estas duas questões, relativamente a estas duas obras, que tem dado os seus passos e na sua opinião, o senhor Presidente já sabia relativamente às duas, mas o que perguntava relativamente às duas, era se vão avançar em 2020 ou não.

**Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse que a obra da rua Nossa Senhora da Guia e a obra da rua Principal da Bufarda, não estava em cima da mesa que fossem as freguesias a fazê-lo, são obras muito exigentes e já estiveram a falar sobre isso. Em princípio nem sabia se seria essa verba, porque não estava quantificada, a verba estava aberta, mas poderá não ser suficiente.

Disse que o cemitério foi um grande investimento da Câmara Municipal, que por acaso, é da Junta de Freguesia, mas havia um problema que era fazer o protocolo. Agora teria de se fazer um protocolo ao contrário para a Câmara fazer a obra, a Junta tinha que

os autorizar a fazer a obra. Para além disso, havia uma outra questão, referindo que o senhor Presidente de Junta também o sabia, do caso bicudo, em que não tinham o acordo de um dos terrenos da faixa central e tinham que, pelo menos, para começar a obra, ter autorização da senhora ou os senhores, porque se não autorizarem, tinham que expropriar e ali não haveria volta a dar, ou autorizavam e era pacífico ou não autorizavam e tinham que acionar o processo, porque não podiam estar mais tempo à espera. No caso da freguesia da Atouguia, era o contrário, porque a Junta é que ia fazer a obra. Inicialmente pensou que o cemitério era da Câmara e que estava a ser explorado pela Junta de Freguesia. Acrescentou que é claro que era para 2020.

**Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):**

Disse que não era só o cemitério que não era da Junta, houve muitos cemitérios pelo concelho feitos, não sabia se fizeram os protocolos, mas não eram da Câmara, e a Câmara fez, ou pelo menos, deu o dinheiro. Disse que parecia que só em Ferrel é que a Câmara ia fazer o cemitério que é da Junta, o único cemitério que a Câmara tem é o de Peniche e fez obras em quase todos os outros e face à autorização, logicamente que estava dada. A questão era muito clara, precisavam de saber e o mesmo foi assumido se esta obra ia avançar ou não ia avançar em 2020.

**Deliberação n.º 70/2019:** Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com nove (9) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (8), e do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Afonso Clara, eleito pelo Partido Social Democrata (1), e quinze (15) abstenções, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (7), pelo Partido Socialista (5) e pela Coligação Democrática Unitária (3), aprovar os Documentos Previsionais Município de Peniche, para o ano de 2020.

**4) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE PENICHE, PARA O ANO 2020:**

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do quarto ponto da ordem do dia, usaram da palavra os senhores adiante identificados:

**Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse que era um mapa de pessoal que poderá ser transitório e que está preparado no sentido de colmatar algumas das insuficiências. Havia, nomeadamente, uma série de concursos a avançar, mas havia, por exemplo, a questão do engenheiro agrónomo e florestal e uma série de trabalhadores que têm de ser contratados e que têm esses lugares em aberto, o que não quer dizer que não haja reajustamentos. Pensou que com o novo organograma e com os reajustamentos, haveria uma necessidade de depois vir aqui, sendo que este é transitório, tinham que o fazer para ver se resolviam alguns dos problemas que tinham e mesmo alguns técnicos estavam em transição, se tivesse deferido alguns pedidos de pré-reforma da responsabilidade da Câmara, neste momento, se calhar, já não estariam cá, portanto, vão ter que se adaptar à realidade.

**Deliberação n.º 71/2019:** Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação

nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e atendendo ao preceituado no n.º 3 no artigo 28.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, por maioria, com doze (12) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (8), pela Coligação Democrática Unitária (3), e pelo senhor Presidente de Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Afonso Clara, eleito pelo Partido Social Democrata (1), e doze (12) abstenções, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (7) e pelo Partido Socialista (5), aprovar o Mapa de Pessoal do Município de Peniche, para o ano 2020.

**5) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS DO MUNICÍPIO DE PENICHE IDENTIFICADOS EM ORÇAMENTOS E AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE OUTROS COMPROMISSOS PLURIANUAIS EM QUE OS ENCARGOS FINANCEIROS NÃO EXCEDAM O LIMITE DE 99 759,58 EUROS EM CADA ANO:**

A Assembleia Municipal passou à apreciação do quinto ponto da ordem do dia, não se tendo registado qualquer intervenção.

**Deliberação n.º 72/2019:** Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, por unanimidade, com vinte e quatro (24) votos a favor:

1. Conceder à Câmara Municipal ou ao Presidente da Câmara Municipal, conforme caiba a autorização da despesa, autorização prévia favorável para a assunção dos compromissos plurianuais previstos nas Grandes Opções do Plano, para o ano de 2020, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/12, de 21 de junho.

2. Delegar no Presidente da Câmara Municipal a autorização para a assunção de compromissos plurianuais, não previstos nas Grandes Opções do Plano, para o ano de 2020, que não excedam os 99 759,58 euros em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução não exceda os três anos, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro. Os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da presente delegação serão dados a conhecer à Assembleia Municipal.

**6) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, PARA O ANO 2020:**

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do sexto ponto da ordem do dia, usaram da palavra os senhores adiante identificados:

**Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP):**

Em relação a este assunto disse que teria que fazer o enquadramento, nomeadamente dizer que era um ano de uma atenção que já é de 2018, tem sido 2019, será 2020 e vai apanhar provavelmente 2021, que é a Estação de Tratamento de Águas

Residuais. Afirmou que é mais exigente fazer uma remodelação ou reabilitação de uma Estação de Tratamento de Águas Residuais do que fazer uma nova, mas que estavam a acompanhar. Disse que existem alguns problemas naturais e que é uma exigência também financeira, mas que felizmente, do mandato passado para este ficou uma boa almofada financeira para o fazer, porque a obra será de um milhão e setecentos mil euros só à nossa conta. Em relação a uma candidatura aprovada para a questão da redução de perdas de água, há um projeto que tem de ser totalmente suportado pelos Serviços Municipalizados, que é o projeto designado "Serra Mistura", que é imprescindível executar e que vai atravessar a Serra d'El-Rei até ao entroncamento para os Bôlhos. Informou ainda que há um conjunto de estudos que tem que ser feitos, projetos, referindo que os Serviços Municipalizados têm um concurso aberto para a contratação de dois engenheiros civis que tem muito a ver com o planeamento e a preparação de projetos. Porque quem prepara os concursos para fazer o saneamento, a água, o pluvial dos Remédios são os técnicos. Quem faz as três ruas a partir do largo do Benfica para baixo são os técnicos e o da Ribeira Velha são os técnicos. Disse que este ano havia uma obra interessante, reivindicada há algum tempo e muitas vezes falada na Assembleia Municipal, nos Bôlhos e que tem a ver com o saneamento que vai para regueira nas casas por baixo da Igreja, no lado contrário da estrada onde será feita uma estação elevatória, portanto, vai ser construída uma nova conduta para tirar aquilo dali o que não é fácil, mas será executada este ano. Disse que havia pequenas obras que, em princípio, serão feitas. Havia uma obra mais ou menos combinada com um proprietário do Alto Veríssimo, que vinha de trás e que estava a ser difícil, mas que se vai tentar concretizar. Referiu que no dia anterior participou numa reunião com a Câmara de Óbidos e em relação à questão das captações do Olho Marinho, que o concelho tem há muito anos no Olho Marinho, o que lhe oferecia dizer era que tinham uma carga de trabalhos neste concelho, como todos os outros concelhos têm. Disse que se devia refletir um dia destes principalmente os mais jovens, que a água vai ser um problema daqui a poucos anos e devíamos de nos preparar nesse sentido. Havia vários problemas para os quais nos devíamos estar a preparar e ninguém fala nisso. Disse que, às vezes, a questão das taxas, das tarifas e de não haver dinheiro para investir tem muito a ver com a necessidade de substituir grande parte da rede de abastecimento de água, mas ninguém quer falar disso. Devíamos estar a pensar na construção de novos reservatórios para o concelho e nem se fala nisso. Disse que se está a tapar e a resolver os problemas no imediato, mas há coisas que devíamos todos ultrapassar as questões políticas e as divergências e pensar seriamente, porque vai ser um grande problema de futuro. Disse que a Barragem só funciona a partir de uma certa capacidade, caso contrário é melhor não ter água até porque é perigoso. Disse que a questão da água do Olho Marinho, para o abastecimento, tem que ter uma mistura é uma questão técnica, mas deviam ter consciência disto, era daquelas coisas que estava a aprender. Disse que a questão de quem os abastecia, a Águas do Oeste, hoje não têm problemas, mas se amanhã tiverem problemas, acontecia que eram os últimos da fila, eram os primeiros a sofrer. Quando houver algum problema com a água, somos o concelho que sofrerá porque somos o último concelho na conduta. Referiu que o senhor Vereador Jorge Gonçalves, no Concelho de Administração dos Serviços Municipalizados, no ano passado, falou muito nas perdas de água. Disse que tem de se fazer mais investimentos, mas tinham que fazer muito mais e para isso, é preciso terem consciência que é preciso tomar medidas. Aquilo que a Coligação Democrática Unitária fez, com os outros colegas do Concelho de Administração dos Serviços Municipalizados durante anos foi fazer uma almofada financeira e agora tinham

que pensar que havia ali uma almofada de investimentos, ou tinham a sorte de aparecer dinheiro de fundos comunitários para o conseguiram fazer. Perguntou quem ia pagar o reservatório de Ferrel, que tem os seus fundos próprios. Perguntou quem é que vai pagar os reservatórios quando tiverem que ser feitos na Serra d'El-Rei, que vão ter que construir, referiu que se calhar já não estaria na Câmara, mas que tinham que ser feitos, portanto, esta é que é a preocupação em relação aos Serviços Municipalizados. Disse que tinham um novo Diretor Delegado que tem estado a aprender com o Engenheiro Raminhos que, como sabiam, estava numa situação de adjunto sem vencimento e neste momento estava a procurar a saída por várias razões, vai saindo devagarinho, mas vai fazendo a diferença toda, porque a sorte de terem, às vezes, na Câmara e nos Serviços Municipalizados, pessoas que conseguem ir passando a sua experiência para aqueles que vão entrando, que raramente tem experiência, para si, se calhar, não terá muitos problemas, mas para os Serviços Municipalizados vai ter um acréscimo de dificuldades, era um pouco como saiu o senhor José Madeira e quando saíram outros, que quando não transferem os saberes atempadamente, criam problemas.

**Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):**

Relativamente aos reservatórios de Ferrel para 2020, disse que o que está nas Grandes Opções do Plano dos Serviços Municipalizados é o lançamento do concurso, e o ano passado, em 2018, referiu que o senhor Presidente, quando discutiram este assunto na Assembleia disse que tinha que definir um *timing* para ver o que se iria fazer e disse que ia fazer o projeto de execução durante o decorrer deste ano. Perguntou se o senhor Presidente já sabia o *timing*, passado um ano, e se já tinha o projeto de execução, e se o senhor Presidente conta iniciar a obra, de forma a que ela fique concluída neste mandato, ou se ainda vai demorar mais do que isso, porque era preciso dinheiro para fazer o reservatório.

**Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse que não há compromissos, não há datas, não há cronograma. Se dizia que havia uma série de coisas que dependentes dos engenheiros que não de chegar para preparar, nem que seja os concursos para alguém ir executar os projetos, que nem tem que ser executados cá dentro, mas alguém tinha que os preparar e tinham de ser técnicos e aí, não fazia. O que sabia era que foram feitos os contatos com os proprietários, há um acordo de princípio que vão procurar concretizar e quando esse acordo de princípio estiver feito será um dos processos para avançar, referindo que o Conselho de Administração é que decidirá quem é o primeiro, o segundo e o terceiro. Obviamente que tinham todos consciência, até pela pressão de construção que existe na freguesia de Ferrel que isto é uma necessidade, porque se não for construído, a partir de algum momento, a Câmara vai dizer que não constrói mais porque não há água. Tinham a obrigação de antecipar porque todos tinham a consciência há muitos anos que isto tem que ser feito e neste momento, havia pelo menos, a possibilidade de o fazer e era isso que vão fazer. Achou que não passava pela cabeça de ninguém, nem do Presidente da Atouguia, nem do Presidente de Peniche, nem da Serra d'El-Rei, dizer que não era uma prioridade, era uma prioridade e foi assumido, portanto, vamos ver quando é que se consegue fazer.

**Deliberação n.º 73/2019:** Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013,

de 12 de setembro, por maioria, com vinte e um (21) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (8), pelo Partido Social Democrata (8) e pelo Partido Socialista (5), e três (3) abstenções, dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, aprovar as Grandes Opções do Plano dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Peniche, para o ano de 2020.

O original do documento aprovado ficou arquivado em pasta anexa ao livro de atas, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto.

**7) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA OS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, PARA O ANO 2020:**

A Assembleia Municipal passou à apreciação do sétimo ponto da ordem do dia, não se tendo registado qualquer intervenção.

**Deliberação n.º 74/2019:** Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por maioria, com vinte e um (21) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (8), pelo Partido Social Democrata (8) e pelo Partido Socialista (5), e três (3) abstenções, dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, aprovar os Documentos Previsionais dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Peniche, para o ano de 2020.

**8) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O MAPA DE PESSOAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, PARA O ANO 2020:**

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do oitavo ponto da ordem do dia, não se tendo registado qualquer intervenção.

**Deliberação n.º 75/2019:** Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e atendendo ao preceituado no n.º 3 no artigo 28.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, por unanimidade, com vinte e quatro (24) votos a favor, aprovar o Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Peniche, para o ano de 2020.

**9) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO IDENTIFICADOS EM ORÇAMENTO E AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE OUTROS COMPROMISSOS PLURIANUAIS EM QUE OS ENCARGOS FINANCEIROS NÃO EXCEDAM O LIMITE DE 99 759,58 EUROS EM CADA ANO:**



A Assembleia Municipal passou à apreciação do nono ponto da ordem do dia, não se tendo registado qualquer intervenção.

**Deliberação n.º 76/2019:** Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, por unanimidade, com vinte e quatro (24) votos a favor:

1. Conceder ao Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento autorização prévia favorável para a assunção dos compromissos plurianuais previstos no Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Peniche, para o ano de 2020, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/12, de 21 de junho.

2. Delegar no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento a autorização para a assunção de compromissos plurianuais, não previstos no Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Peniche, para o ano de 2020, que não excedam os 99 759,58 euros em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução não exceda os três anos, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro. Os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da presente delegação serão dados a conhecer à Assembleia Municipal.

**10) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA QUE OS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO POSSAM CONCEDER APOIO FINANCEIRO AO CENTRO SOCIAL DO PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE PENICHE:**

A Assembleia Municipal passou à apreciação do décimo ponto da ordem do dia, não se tendo registado qualquer intervenção.

**Deliberação n.º 77/2019:** Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea v) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por unanimidade, com vinte e quatro (24) votos a favor, conceder autorização ao Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Peniche para deliberar sobre a concessão de apoios financeiros ao Centro Social do Pessoal da Câmara Municipal de Peniche, no ano 2020, até ao valor máximo de 37 500,00 € (trinta e sete mil e quinhentos euros).

**11) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIO À FREGUESIA DE FERREL, PARA AQUISIÇÃO DE UM TRATOR E DE UMA ROÇADORA ELÉTRICA:**

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do décimo primeiro ponto da ordem do dia, usaram da palavra os senhores adiante identificados:

**Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse que agora já não vão a tempo, mas que se aprenda com isto também, até porque todos cometem erros e todos podem ter azares, mas que quando se prevê a

aquisição de equipamentos que o comuniquem nas reuniões para as propostas das Grandes Opções do Plano. Acrescentou que agora não havia problema de maior, mas deviam ter isto em atenção porque esta verba teve que sair de uma outra verba, de outra rubrica.

**Presidente da Mesa, Américo Gonçalves (PS):**

Disse ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel que espera que tenha cuidado com a roçadora porque existem muitos municípios deste país e o de Peniche, com problemas com pedrinhas e vidros partidos, porque andam a limpar as ervas com metal, em vez de andarem a limpar as ervas com o cabo.

**Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):**

Disse que uma coisa nova que fizeram na Junta e que não existia, foi o Seguro de Responsabilidade Civil para essas coisas todas. Relativamente ao trator só pediram a deliberação porque o processo de contratação pública precisava de ter esta deliberação, não iam adquiri-lo amanhã, mas a ver se estava pronto em março, tinham era que prever e jogar na antecipação e era isso que estavam a fazer.

**Deliberação n.º 78/2019:** Submetida a proposta a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por unanimidade, com vinte e quatro (24) votos a favor, que o Município de Peniche atribuisse um apoio à Freguesia de Ferrel, no valor de 25 582,00 € (vinte e cinco mil, quinhentos e oitenta e dois euros), para comparticipação na aquisição de um Trator e de uma Roçadora Elétrica.

**12) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE PENICHE:**

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do décimo segundo ponto da ordem do dia, usaram da palavra os senhores adiante identificados:

**Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse que era o tal plano, aquele em que a seguir vão recuperar o dinheiro que está cativo. Disse que é um documento técnico que, no fundo, é obrigatório e infelizmente houve um azar com o primeiro técnico que o elaborou não tendo passado no Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. É o plano, que no fundo, obedece às regras básicas daquilo que era a legislação e que foi feito com pessoas com competência para o efeito. Não convidou o senhor Comandante da Proteção Civil, porque já sabia que isto ia parar a estas horas, porque se fosse noutra ocasião, tinha convidado, mas tinha o plano.

**Mariana Rocha (CDU):**

Disse que não tinham nada contra, só queria dizer que na opinião da Coligação Democrática Unitária, o plano peca por tardio.

**Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse que gostava de ter entrado e de o ter já concluído, como deveria estar.

**Célia Martins (PSD):**

Quis aproveitar o facto de estarem aqui reunidos para aprovar este plano e como já foi dito, tem muitas implicações em vários processos, nomeadamente no Plano Diretor Municipal, para dar algumas recomendações que não são novas. Achou que a única inovação será relacionar as recomendações que está sempre a referir com o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios. Sabia que já era tarde e por isso, pediu desculpas aos colegas, mas prometeu ser breve. Quis aproveitar mais uma vez esta oportunidade para sublinhar de novo, a importância da questão da transparência, primeiramente ao nível do acesso à informação. Disse que há várias referências em diferentes diplomas legais, que as entidades responsáveis pela elaboração de planos territoriais, nomeadamente, do município, de criar e manter atualizado um sistema que assegure o exercício do direito à informação e isto vai dar seguimento à anterior intervenção que fez, sobre a modernização administrativa nas Grandes Opções do Plano. Quando falavam no direito à informação, referia-se em particular, neste contexto, do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, que é dar oportunidade e sobretudo condições a qualquer interessado de consultar informação que, no mínimo fundamentam as opções estabelecidas e que também tem consequências para os proprietários dos terrenos que ficam abrangidos pelas faixas de gestão combustível, e não podiam apenas disponibilizar o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios ao cidadão, unicamente, através de um documento PDF, com mapas sem nenhuma leitura sugerindo que talvez por isso ao nível da discussão pública não tenha havido participação, porque também tem que ser uma preocupação da Administração Pública, criar essas condições para haver mais participação e estavam quase em 2020 e quase também se arrisca a dizer que o Município de Peniche é dos poucos municípios a nível nacional que não tem no respetivo site esse sistema de visualização de cartografia referente aos instrumentos de gestão territorial em vigor. Disse que é uma exigência que está na lei há vários anos e também não nos podemos esquecer que vivemos numa sociedade de informação. Relativamente a este Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, sobre a gestão do plano é preciso permitir que qualquer cidadão consiga consultar as tais faixas de gestão combustível, das redes, dos aglomerados, a rede de pontes de água, a rede viária florestal, isto tudo incluído num tal serviço, na tal aplicação de consulta de informação geográfica, iria facilitar.

Em segundo lugar sobre a atualização da informação, vai abster-se de fazer recomendações sobre a importância de assegurar a monitorização do plano, porque vai presumir que é uma coisa que vai ser assegurada, até porque existe um gabinete afeto para a gestão do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e de outras questões, relativamente à gestão florestal, mas estava a falar de modo particular, em intervenções do registo dos incêndios, porque isto depois também vai ter influência ao nível da gestão urbanística e ao nível também da própria monitorização do Plano Diretor Municipal que também tem que ser assegurado. Pediu para que haja, no mínimo, atenção para que a informação que está constante no site do Município, também esteja atualizada, nomeadamente ao nível da Comissão Municipal de Defesa da Floresta, porque a informação que lá consta ainda é de 2014. Já que estava a falar da Comissão Municipal, e achou que já o disse, mas não tinha a certeza, se a composição da presente Comissão Municipal estava conforme também as disposições legais que agora estão em vigor, porque a Assembleia Municipal tem que designar representantes para essa Comissão e não se recorda que isto tenha vindo a esta Assembleia.

**Deliberação n.º 79/2019:** Submetida a proposta a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, por unanimidade, com vinte e quatro votos a favor, aprovar o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Peniche.

**13) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE PENICHE - PROPOSTA FINAL:**

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do décimo terceiro ponto da ordem do dia, usaram da palavra os senhores adiante identificados:

**Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse que tinha a ver com uma alteração que a Câmara deliberou fazer, por causa da cêrcea modal dos edifícios, estavam na parte final e tinha que vir à Assembleia Municipal, tendo percorrido todos os outros caminhos para entrar em vigor, portanto, a partir de agora, as pessoas vão passar a ter outras condições de construção e não as que tínhamos. Informou que vai facilitar a construção de mais pisos, que a cêrcea modal vai ser calculada de uma outra forma e que permitirá alguns casos que não antes não se permitia como a construção de edifícios com mais um piso, encostados uns aos outros. Disse que devia estar na Assembleia um técnico da área de planeamento para explicar melhor, mas o objetivo era permitir aquilo que não era permitido até agora.

**Deliberação n.º 80/2019:** Submetida a proposta a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, nos termos do n.º 1 do artigo 90.º do RJIGT, por maioria, com vinte e um (21) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (8), pelo Partido Social Democrata (8) e pelo Partido Socialista (5), e três (3) abstenções, dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, aprovar a alteração ao Regulamento do Plano Diretor Municipal de Peniche, proposta final.

**APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:**

**Presidente da Mesa, Américo Gonçalves (PS):**

Solicitou se autorizam a aprovação da minuta da ata. Desejou a todos, um bom Natal e boas entradas. Informou os senhores líderes de bancada que depois entraria em contacto.

**Deliberação n.º 81/2019:** Para efeitos de execução imediata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, submetida a votação a minuta da presente ata, constatou-se a sua aprovação, por unanimidade.

**ENCERRAMENTO:**

Sendo duas horas e cinco minutos do dia catorze de dezembro, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão de dezembro de dois mil e dezanove, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que contém um

resumo do que de essencial nela se passou, nos termos do número um do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que eu, *Josselène Nunes Teodoro*, Chefe da Divisão de Administração e Finanças, subscrevo e com o senhor Presidente da Mesa assino.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

*(assinado no original)*

---

Chefe da Divisão de Administração e Finanças,  
em regime de substituição,

*(assinado no original)*

---